



# Anais da Assembléia

136

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; Suplentes: Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; PFL - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; Suplentes: Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; PDT - 07: Algaci Osmário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Nami Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; Suplentes: Valderi Mendes Vilela - Guimar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; Suplentes: Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; Suplente: Geraldo Atsumi Yamada; PT - 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; PL - 01: José Colombino Grassano; Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 105.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1994  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Plauto Miró Guimarães.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, João Preis, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Nilton Servo e Renato Adur (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Sob os nºs 269, 270, 271 e 272/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

188/94: De autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe que ficam reavaliados, até 19 de fevereiro de 1995, os efeitos do Concurso Público de Formação Técnico-Profissional de Perito Criminal, que teve o seu resultado homologado pela Resolução nº

094/91, de 19 de fevereiro de 1991, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.927. **Anote-se. Arquive-se.**

346/94: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 11.775.360,00) onze milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.928. **Anote-se. Arquive-se.**

260/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria, na programação da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, um horário semanal destinado à veiculação de mensagens referentes às entidades organizadas de trabalhadores e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.929. **Anote-se. Arquive-se.**

213/94: Do Poder Executivo, que acresce alínea "e" ao § 2º, do art. 144 da Lei nº 1.943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), o qual convertido em Lei tomou o nº 10.930. **Anote-se. Arquive-se.**

OFÍCIO Nº 2072/94

Curitiba, em 21.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, o Anteprojeto de Lei que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em dezembro de 1994.

Reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) NESTOR BAPTISTA  
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em Comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma do Anexo Único desta lei.

Art. 2º - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3º - Ficam, ainda, reajustados o valor da Gratificação de que trata o Decreto nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para R\$ 22,94 (vinte e dois reais e noventa e quatro centavos); o valor da Gratificação de Produtividade, para R\$ 6,95 (seis

reais e noventa e cinco centavos); e o valor do Salário-Família, por dependente legal, para R\$ 0,96 (noventa e seis centavos).

Art. 4º - Os cargos criados pelo artigo 9º da Lei nº 8.746, de 25 de março de 1988, serão preenchidos somente por funcionários concursados, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, por ato de seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, ficando revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de dezembro de 1994.

MÊS: DEZEMBRO/94

#### TABELA I - CARGOS EFETIVOS

REFERÊNCIAS				
NÍVEL	II	III	IV	
I				
01	708,24	715,54	722,84	730,14
02	512,32	517,61	522,89	528,17
03	491,20	496,48	501,76	507,04
04	470,07	475,35	480,63	485,92
05	448,94	454,23	459,51	464,79
06	427,82	433,10	438,38	443,66
07	406,69	411,97	417,25	422,54
08	385,56	390,85	396,13	401,41
09	364,44	369,72	375,00	380,28
10	343,31	348,59	353,87	359,16
11	322,18	327,47	332,75	338,03

#### TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

Símbolo DAS-1.....	412,32
Símbolo DAS-2.....	363,91
Símbolo DAS-3.....	339,16
Símbolo DAS-4.....	290,01
Símbolo DAS-5.....	265,24

#### TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

Símbolo 1-C.....	171,17
Símbolo 2-C.....	158,08
Símbolo 3-C.....	145,93

#### TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo 1-F.....	10,39
Símbolo 2-F.....	8,82
Símbolo 3-F.....	7,78
Símbolo 4-F.....	6,23
Símbolo 5-F.....	5,70
Símbolo 6-F.....	4,64
Símbolo 7-F.....	2,62

OFÍCIO Nº 302/94

Curitiba, 22.11.94

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. o Deputado Plauto Miró Guimarães--PFL, para compor a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos, no período do governo Roberto Requião.

Sendo só o que me apresenta para o momento, aproveito o ensejo para reiterar protestos de consideração.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) ÉLIO RUSCH

OFÍCIO Nº 987/94

Curitiba, 22.11.94

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. os Deputados João Preis e Duílio Genari-PP, para comporem a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos, no período do Governo Roberto Requião.

Sem outro particular para o momento, antecipadamente agradeço.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) NILTON BARBOSA

OFÍCIO Nº 124/94

Curitiba, 22.11.94

(a) PAULO MAIA

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. os Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia, para comporem a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos, no período do Governo Roberto Requião.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) PAULO MAIA

OFÍCIO N° 001/94

Curitiba, 22.11.94

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. o Deputado Mário Bezerra-PTB, para compor a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos, no período do Governo Roberto Requião.

Sem outro particular para o momento, reitero protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) ERONDY SILVÉRIO

OFÍCIO N° 303/94

Curitiba, 22.11.94

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. o Deputado Plauto Miró Guimarães-PFL, para compor a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado, com recursos indevidos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, no ano de 1992.

Sendo só o que me apresenta para o momento, antecipo os mais sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) ÉLIO RUSCH

OFÍCIO N° 125/94

Curitiba, 22.11.94

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. os Deputados Algaci Túlio e Paulo Maia, para comporem a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado, com recursos indevidos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, no ano de 1992.

Sendo só o que me apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estim<sup>ação</sup> e consideração.

Sala das Sessões, em 22.11.94

OFÍCIO N° 988/94

Curitiba, 22.11.94

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. o meu nome e do Deputado Júlio Bifon-PP, para compor a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado, com recursos indevidos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, no ano de 1992.

Sendo só o que me apresenta para o momento, antecipo os mais sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) NILTON BARBOSA

OFÍCIO N° 002/94

Curitiba, 22.11.94

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. o Deputado Mário Bezerra-PTB, para compor a CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado, com recursos indevidos do FUNRESTRAN e FUNRESPOL, no ano de 1992.

Sendo só o que me apresenta para o momento, antecipo os mais sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) ERONDY SILVÉRIO

# Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 2557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, com fundamento no art. 177, inciso IV, do Regimento Interno, preferência para discussão e votação, da Proposição n° 179/94, item 5° da pauta, que encontra-se em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO N° 2556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inversão da pauta para discussão e votação.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 2550

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimen-

tais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja adiada a votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 315/94, que trata da criação do Conselho Paranaense de Direitos Humanos do Estado do Paraná.

Tal solicitação se prende ao fato do referido projeto tratar de matéria de suma importância para a organização da sociedade civil, merecendo, portanto, uma análise mais acurada por parte de nós parlamentares, bem como uma discussão mais ampla com setores que atuam na defesa dos Direitos Humanos em nosso Estado, que certamente muito têm a contribuir para o aperfeiçoamento desta Lei.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas, REQUEREM, após ouvido o Plenário que seja adiada a votação, por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Resolução nº 023/94.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 219/94.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por duas (02) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 707/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) DUILIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Resolução nº 023/94, de autoria da Comissão Executiva, item 16 (dezesseis), da Ordem do Dia de hoje por 02 (duas) sessões.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

#### REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, solicita à douta Mesa Executiva, que determine as necessárias providências para que seja sua falta na Sessão Ordinária da quarta-feira, dia 23 de novembro, justificada, em face de o mesmo ter que atender compromisso com o Município de Piraquara, onde irá presidir a Mesa dos debates do "Dia do Rio", conforme programação em anexo.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 390/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º - A Lei nº 8.933 de 26.01.89 (lei instituidora do ICMS), passa a ter vigência com as seguintes alterações:

Alteração 1ª - Fica acrescido mais um parágrafo ao art. 3º, com a seguinte redação:

§ 4º - no que diz respeito a usinas hidrelétricas, o fato gerador, bem como as operações e prestações referidas no art. 2º, serão consideradas como ocorridos nos municípios onde se situa o estabelecimento, como definido no art. 34 desta lei."

Alteração 2ª - Fica acrescida mais uma letra ao inciso I do art. 34, com a seguinte redação:

"f) em todos os municípios onde se situem as instalações de usina hidrelétrica, instalações essas que compreendem as casas de força (turbinas geradoras), barragens de contenção e reservatórios de água necessários à geração de energia, na proporção de volume de água em cada município."

Alteração 3ª - O § 3º do mesmo art. 34 passa a vigor com a seguinte redação:

"3º - Estabelecimento é o local privado ou público, edificado ou não, onde pessoas físicas ou jurídicas exercem suas atividades em caráter temporário ou perma-

nente, bem como o local onde usinas hidrelétricas mantêm instalações destinadas à geração de energia, como definido na letra "f" do inciso anterior, bem como à retransmissão dessa energia, ou então se encontram armazenados produtos ou mercadorias, ainda que este local pertença a terceiros."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) ÉLIO RUSCH

ROSSONI

NELSON JUSTUS

OVIDIO CONSTANTINO

CEZAR SILVESTRI

NILTON BARBOSA

DUILIO GENARI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a energia elétrica, até então sujeita exclusivamente ao denominado imposto único sobre sua produção, importação, circulação, distribuição e consumo (art. 21, inciso VII da Constituição Federal de 1969) passou a ter novo tratamento tributário.

Tendo a nova Constituição eliminado o denominado imposto único sobre a energia elétrica, já que sua incidência se dava apenas por uma vez e excluía a incidência de qualquer novo tributo sobre a mesma, passou esta a ser tributada, eis que se trata de mercadoria, pelo ICMS.

Em se tratando de matéria nova, as disposições da lei instituidora do ICMS do Paraná (Lei nº 8.933/89), embora contendo os necessários dispositivos para seu correto entendimento, vêm trazendo algumas interpretações equivocadas a respeito de alguns de seus aspectos, em relação às usinas geradoras de energia elétrica.

Não sujeitas anteriormente ao tributo estadual não haviam sido geradas dúvidas a respeito da conceituação de estabelecimento local da operação e outros aspectos, dúvidas essas que agora afligem algumas interpretações, eventualmente equivocadas.

Nos termos da própria Constituição Federal de 1988, bem como da legislação complementar, os aspectos relativos a fixação dos conceitos de local da operação, estabelecimento e ocorrência do fato gerador são essencialmente de competência da legislação estadual.

Assim sendo, propõe este projeto de lei algumas alterações na Lei nº 8.933/89 que visam clarear situações que davam azo a interpretações díspares e por vezes equivocadas a respeito de aspectos nucleares da hipótese de incidência nessas operações da ocorrência de seu fato gerador,

do local da operação e da conceituação desses verdadeiros mega-estabelecimentos que são os complexos geradores de energia elétrica.

A redação dos dispositivos a serem acrescidos ou alterados propõe a fixação de conceituação de local onde se reputa ocorrido o fato gerador, bem como dos da transmissão da energia gerada.

Tal é, portanto, o espírito que rege o conteúdo das modificações propostas, que seguem estritamente os ditames constitucionais a respeito da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 391/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 9.299/90, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Pato Bragado, com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

a) Com o Município de Marechal Cândido Rondon, inicia no Rio Paraná, na foz do Rio Branco, subindo por este até encontrar a foz da Sanga Carancham; sobe por esta até sua cabeceira, seguindo deste ponto pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47 e 46, inclusive, e lotes 51 e 54 (exclusive) do 22º perímetro da Fazenda Britânia, até alcançar a cabeceira da Sanga Biriva, descendo por esta até sua foz no Arroio Fundo; desce por este até a ponte na Estrada Pato Bragado/Marechal Cândido Rondon, seguindo por esta estrada na direção geral leste, divisando o lote 02, exclusive, com os lotes 80 e 81 inclusive, até a linha de divisa do lote 81 (inclusive) com o lote 88 (exclusive), seguindo deste ponto na direção geral sul pela divisa dos lotes 81, 82 e 83, inclusive, com os lotes 88 e 86 (exclusive), alcançando a divisa do lote 86 com o lote 22 (inclusive); deste ponto, segue na direção geral leste, até encontrar a divisa entre os lotes 19 (exclusive) e 20 (inclusive), todos do 37º perímetro da Fazenda Britânia, segue pela divisa destes lotes na direção geral sul até encontrar o Rio Marreco, descendo por este até sua foz no Rio São Francisco.

b) Com o Município de Entre Rios do Oeste, inicia na foz do Rio Marreco no Rio São Francisco, descendo por este até sua foz no Rio Paraná.

c) Com a República do Paraguai, inicia na foz do Rio São Francisco no Rio Paraná, subindo por este até a foz do Rio Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) ÉLIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

As presentes alterações na Lei nº 9.299 de 18 de junho de 1990, visam corrigir alguns erros no estabelecimento das divisas do Município de Pato Bragado, principalmente no que diz respeito aos lotes 19 e 20 referidos, que geraram várias dúvidas com a redação original.

Com as referidas alterações, serão sanadas todas as dúvidas relativas aos limites do município supra citado.

#### PROJETO DE LEI Nº 392/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Moriá de Assistência Social - IMAS, com sede e foro na Cidade de Colorado, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.94

(a) JOÃO IENSEN

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Presidente do Instituto Moriá de Assistência Social - IMAS, Pastor Benedito Muniz, cuja postura administrativa, tem demonstrado sua competência e seriedade à frente da presidência da instituição, o que endossa, portanto o pedido de declaração de Utilidade Pública, da entidade referida. Desta forma, encaminha-se então, o respectivo projeto de lei.

A Instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e de solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum e de atendimento comunitário, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social, no entanto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face ao exposto, requer-se então a declaração de Utilidade Pública para a Instituição em pauta, uma vez que a mesma encontra-se de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978 e demais legislação pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos ao Horário das Lideranças: PP, PT, PDT, PMDB, PSDB, (todos declinam).

PL, com a palavra Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tomou, Sr. Presidente, a Comissão Executiva a iniciativa de colocar na pauta como primeira Sessão três projetos de lei, o 292, 293 e 294, todos oriundos do Poder Judiciário sobre a Organização de Divisão Judiciária do Estado do Paraná, o Código de Organização e Divisão Judiciária também do Estado do Paraná.

O primeiro com a criação de mais Varas e novas Comarcas no interior do Estado. O segundo a criação de novas Varas Cíveis e Criminais. O terceiro criando oito cargos de Desembargadores de Justiça do Tribunal do Paraná.

Senhor Presidente e Srs. Deputados, esta Casa aprovou requerimento de autoria do nobre Deputado João Iensen formalizando uma Comissão de seis membros, dois do Executivo, dois do Legislativo e dois do Judiciário para que esta Comissão apreciasse em todos os seus detalhes por ser matéria importantíssima os projetos 292, 293 e 294. Lamentavelmente esses projetos não foram objeto de apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça. Isto é estranho Sr. Presidente, é estranho que a Comissão de Constituição e Justiça não tivesse tido tempo suficiente de apreciar matéria relevante e vindo para Plenário sem pareceres dificultará em muito a votação e a decisão por parte dos Srs. Deputados.

Volto a insistir, Sr. Presidente, que tendo o Deputado João Iensen apresentado Requerimento e este aprovado pelo Plenário talvez a Comissão Executiva não tivesse tomado as providências cabíveis para a constituição da Comissão como em outras oportunidades aqui aconteceu quando se tratava de matéria correlata. Peço portanto, Sr. Presidente, a especial atenção de V. Exa. para que esses projetos não venham a Plenário sem parecer da C.C.J., ou ao menos sem que esta Comissão, aqui aprovada, exare o seu parecer, convoque as pessoas necessárias para o esclarecimento total porque é matéria de importância muito grande que diz respeito ao Poder Judiciário na criação de novas comarcas, na eliminação de Distritos, na ausência de instalação de comarcas que deveriam ser importantes e objetos de apreciação mais acurada por parte do Poder Judiciário, e a criação de oito cargos de Desembargador de Justiça do Tribunal do Paraná.

Esta criação também merece um estudo, apesar de que quando da entrega deste Projeto de Lei pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, que se fez acompanhar do Corregedor e de demais Desembargadores, foi feita uma pequena explanação para os Líderes que estavam presentes no gabinete de V. Exa.. A matéria é muito importante Sr. Presidente para ser votada sem parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e sem também o parecer da Comissão Especial,



que foi objeto de requerimento aprovado por unanimidade por esta Assembléia Legislativa.

Nessas circunstâncias, Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que retirando da pauta possa essa matéria ser objeto de apreciação, não só da Comissão Especial, mas também da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PTB. (Declina).

PFL. (Declina).

Liderança do Governo. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Lamento ter que vir à tribuna deste Poder para discorrer sobre um assunto que está na pauta de votação da Sessão de hoje, tendo em vista a sua complexidade, a sua relevância e as controvérsias existentes a respeito desta questão; e também até porque diante desses argumentos acho que a mim, como Líder do Governo, ficaria muito difícil votar, pura e simplesmente, uma matéria com essas características sem que se fizesse uma análise mais acurada a respeito da questão.

Se o assunto já foi aqui discutido, ou debatido, não sei porque houve um período em que me ausentei desta Casa para servir o Governo do Estado como Secretário da Justiça.

Pode até ter sido discutido, analisado e refletido essa questão aqui por parte de Vossas Excelências, não duvido porque não sei se houve essa discussão ou não. Mas fica muito difícil para nós de uma hora para outra, de alguns minutos para outros votarmos contra ou a favor de uma matéria que a gente veio tomar conhecimento apenas no dia em que ela foi incluída na Ordem do Dia. Principalmente em se tratando de uma matéria complexa, de uma matéria que tem discussões as mais descontraídas como esta que consta do último item da pauta, o item 16, que pretende autorizar a construção de uma hidrelétrica em nosso Estado.

Como todos sabem, sou um homem do interior, sou da região norte do Paraná, sou nascido na Cidade de Bela Vista do Paraíso, quase divisa com o Estado de São Paulo, e quantos prejuízos, e quantos sofrimentos, quantas famílias pagaram caro, quantas misérias e tragédias sociais foram causados à minha região pela construção de uma usina hidrelétrica.

Se, por um lado houve progressos, houve avanços, houve benefícios que não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, não posso até por uma questão de não trair as minhas origens, deixar de lembrar o drama das famílias que perderam

terras, que pagaram caro pela inundação de suas áreas com a construção de uma hidrelétrica.

Então não posso, por não ter tido nunca a oportunidade de discutir uma matéria como essa, não posso, em sã consciência, porque não estaria sendo justo comigo mesmo, concordar pura e simplesmente ou discordar pura e simplesmente.

Sei que uma hidrelétrica tem seus aspectos positivos, sei e reconheço isso se não não seria um bom representante do povo, porque não teria sentido não reconhecer os benefícios que a construção de uma obra dessas pode trazer para a região. Mas, dado as experiências que vivi, lá atrás, com pessoas do meu relacionamento, todas elas pequenas proprietárias, pequenos sítiantes que faziam das suas propriedades o seu meio de sustento, de sobrevivência, não posso, sem conhecer melhor a matéria votar a favor ou votar contra.

Por isso estou vindo fazer aqui um apelo aos autores dessa proposição, no sentido de que ouçamos o Governo, através da Secretaria de Meio Ambiente. Não posso, de forma alguma me posicionar a favor por não ter elementos, por não ter ouvido o Governo, por não ter tido a oportunidade, porque não sabia que esta matéria figuraria na Ordem do Dia de hoje.

A outra alternativa, lamentavelmente é votar contra, o que não gostaria. Então quero fazer aqui um apelo aos autores dessa proposição, para que ouçamos amanhã, depois de amanhã, o Governo do Estado a respeito dessa questão e a partir daí então esta Casa se posicione, de maneira tranqüila, de maneira responsável, de maneira serena a respeito de um importante projeto como esse.

Se a Constituição Federal contemplou uma Sessão inteira à questão do meio ambiente, as Constituições Estaduais também avançaram, e muito. Tanto é verdade que estamos aqui, hoje, discutindo uma matéria como esta porque o povo deu a nós, constituintes, esta delegação. E em seu nome temos procurado fazer o melhor possível! E felizmente o povo hoje está aqui representado para discutir uma matéria da importância dessa que estamos discutindo. Por isso temos que refletir bem, analisar bem, meditar bem e votar de acordo com o desejo da maioria da população!

Não conheço a região que vai ser atingida por essa hidrelétrica, mas imagino que terá as vantagens que a hidrelétrica, construída na minha região teve, mas também terá as mesmas desvantagens. Portanto, acho que o momento é mais do que oportuno para que nós todos, como representantes do povo, façamos uma reflexão desapassionada à respeito dessa matéria, por isso, concedo aparte a V. Exa., nobre Deputado Anibal



Khury, um dos autores dessa proposição.

**O Sr. Anibal Khury** - Deputado Tavares, nós apenas estamos cumprindo um dispositivo constitucional. A Mesa, a Comissão Executiva é que propôs a aprovação desta matéria. Eu e o Deputado Kielse é que representamos essa região, e já fizemos várias reuniões, inclusive a última foi sobre o que poderia causar esta usina naquela região. Os Prefeitos da região, todos, os Vereadores todos, são unânimes em afirmar que esta usina hidrelétrica trará grandes benefícios para aquela região. E acontece que esta usina será construída num vale diferente do Norte do Paraná, são regiões montanhosas que não vai afetar em nada a população daquela região. E acontece, também, Sr. Deputado Tavares, V.Exa. que é o Líder do Governo, que a Secretaria do Meio Ambiente aqui do Paraná já deu seu parecer favorável. V.Exa. fala em nome do Governo quando a Secretaria do seu Governo já deu seu parecer favorável, e São Paulo, também, a mesma coisa. Não há, então, nobre Deputado, nenhuma controvérsia que possa fazer com que esta matéria seja postergada. A região está esperando, é útil, é absolutamente necessária, nós compreendemos a atitude de V.Exa., já sofreu o Norte do Paraná, a população lá sofreu, mas aqui é diferente, aqui a região é montanhosa, e é absolutamente necessário para o progresso dessa região, para o progresso social, que se construa essa usina hidrelétrica lá naquela região, porque já foi bastante estudado Deputado, as Secretarias já deram parecer favorável, por isso mesmo nós estamos estranhando a posição de V.Exa. quando o próprio Governo que V.Exa. representa já deu o Parecer Favorável para a construção dessa Usina.

**O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela Ordem)** - Concedo aparte ao Dr. Rosinha.

**O Dr. Rosinha** - Eu serei bastante rápido, tenho em minhas mãos uma cópia da liminar concedida pelo Juiz Federal da 10.<sup>a</sup> Vara, Dr. Alexandre Vidigal de Oliveira, liminar essa concedida em razão do processo 94.011.078-2, liminar essa que suspende a construção dessa hidrelétrica por justamente no entender da justiça federal constatar irregularidades na elaboração do Projeto, inclusive irregularidades no sentido de destruição ecológica da região. Portanto, partindo da preocupação de V.Exa. de que não se vota no afogadilho um Projeto de Resolução como está se propondo. Nós entendemos que é impossível, inclusive porque está suspenso por uma liminar. A justiça ainda vai ter que decidir favorável ou contrário, inclusive. Então não é tão simples e tranquilo como se quer

fazer crer e nós temos que aprofundar esse debate.

**O SR. JOSÉ TAVARES** - Concedo aparte ao nobre Deputado Colombino Grassano.

**O Sr. Colombino Grassano** - Sr. Deputado, o que é estranhável nesse processo e nesse Projeto, é que pela primeira vez eu vejo registrar uma decisão do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça contrariando o Regimento Interno por ser flagrantemente inconstitucional o Projeto, devolver à Comissão Executiva o mesmo projeto.

Sempre me bati por uma reforma regimental que permitisse ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça devolver à Comissão Executiva, ao Presidente principalmente, para arquivamento os projetos que são realmente inconstitucionais.

O simples e importante fato de ter o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério, despachado de próprio cunho, devolvendo à Comissão Executiva o Projeto de Lei, é um sinal evidente da sua inconstitucionalidade de que não poderá ter uma tramitação e que não poderá ter o beneplácito do Plenário da Assembléia Legislativa.

Por esta razão, sem me ater aos argumentos de V.Exa., eu vou ficar com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça contrário a esse projeto, principalmente pela decisão corajosa do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério, fazendo com que se devolvesse à Comissão Executiva esse projeto de Lei.

**O Sr. Erondy Silvério** - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado a V.Exa.

Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer ao Deputado Colombino Grassano que o meu despacho não se deveu ao mérito da matéria quanto à constitucionalidade ou não.

Acontece que a Comissão Executiva encaminhou à Comissão de Justiça sem antes passar pela Comissão de Ecologia e eu devolvi o projeto à Comissão Executiva para que ele recebesse, preliminarmente, o parecer da Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente.

Na Comissão de Justiça, todos os Deputados sabem, que nós apreciamos a matéria sob a luz da Constituição do Estado e da Federal, não quanto ao mérito, não quanto à utilidade. Essa apreciação de mérito e de utilidade já foi feita pela Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)** - Esta Presidência vem informar ao orador que

está na tribuna e ao Deputado que o aparta que o horário da Liderança do Governo já expirou e a Presidência já lhe concedeu dois minutos além do tempo. A Presidência sugere que o debate se encerre e se reinicie por ocasião da discussão da matéria na Ordem do Dia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor Presidente, a matéria é importantíssima. Sei que há uma Resolução na Mesa não permitindo a cessão de horário de um partido para outro, entretanto, eu passo a usar o horário do PTB no aparte que eu estou dando ao nobre Deputado Tavares.

Nobre Deputado, reconheço que V.Exa. tem uma preocupação quanto ao meio-ambiente quanto aos danos que possa causar a referida construção dessa usina. Entretanto, votarei favoravelmente quanto ao mérito porque V.Exa. não pensava ainda em ser político quando conheci essa região do Vale da Ribeira. É um dos bolsões de subdesenvolvimento do Estado que corta o coração da gente. É um povo miserável, que não tem emprego, a recessão é grande, o desemprego é grande e estão assentados sob um dos solos mais ricos do Brasil, que é o solo do Vale da Ribeira.

Então, pensando nesse problema social e no desenvolvimento daquela região, e aquela região o que precisa? Precisa de asfalto e de energia elétrica para ser uma das regiões mais promissoras do Estado.

Então, olhando sob esse aspecto, sob esse ângulo é que eu votarei favoravelmente mas louvo V.Exa. pela preocupação que mais uma vez V.Exa. como parlamentar que foi na Câmara Federal e por duas vezes nesta Casa.

Entretanto, nós temos que deixar as filigranas jurídicas de lado, as liminares de juízes precipitados de lado, e olhar para o povo que é pobre, que é miserável e esta usina vai trazer a riqueza para o Vale da Ribeira. Muito obrigado a V.Exa.

O Sr. Dirceu Manfrinato - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Tavares, V.Exa. sabe o quanto o admiro na função de homem público, pelas vastas experiências demonstradas não só aqui na Assembléia Legislativa, mas a nível de Câmara Federal.

Apenas quero lembrar que o Paraná já teve alguns problemas no passado em relação a investimentos que empresários buscaram trazer ao nosso Estado. Infelizmente, por polêmicas e problemas que geraram, acabaram indo para outros estados do Brasil. Recentemente podemos citar o caso da Escol, quando pretendia investimento de

milhões de dólares em nosso Estado, infelizmente não teve a colaboração dos meios governamentais e, lamentavelmente, perdemos esta divisa que seria benéfica ao nosso Estado e, ao mesmo tempo a questão de geração de empregos.

Com relação à esta usina, acho que no nosso ponto de vista, uma vez que empresários de outros estados estão acreditando no Paraná, - e que nós acreditamos, se há esta vontade, este desejo deste investimento em nosso Estado, temos como responsável hoje pelos compromissos como representante da sociedade e do povo do Paraná, temos que votar em busca deste benefício. A questão do desequilíbrio ecológico, ou dos prejuízos que possam ocorrer, tenho certeza que os órgãos responsáveis do Governo já analisaram profundamente. Então, respeito a colocação e posição de V.Exa.

Mas, ao findar o nosso compromisso de nosso mandato que se encerra no ano de 95, quero ainda sair com a marca do meu voto favorável, buscando os desejos que o Paraná quer, que é o desenvolvimento e a geração de emprego. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, como todos puderam perceber, a discussão da matéria trouxe uma série de informações valiosíssimas para que nós, a partir daí, formássemos nosso juízo a respeito da questão. Quero então, diante do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pediu o arquivamento da matéria, diante de informações como a que prestou o Deputado Dr. Rosinha, e uma liminar, sem querer entrar no mérito de sua validade ou não, gostaria de reafirmar a minha posição aqui aos nobres autores no sentido de que votemos em primeira discussão esta matéria hoje e a retiremos por pelo menos cinco sessões, para podermos então analisar esta matéria com um pouco mais de cuidado, inclusive ouvindo o Governo. Tem aqui um documento do Governo, mas já disse que se a questão já foi aqui debatida, a mim, como Líder do Governo, isto não tem muita importância, porque não estava na oportunidade aqui, o Secretário era outro, hoje temos uma nova realidade. Então, gostaria que a Casa compreendesse a minha posição. Se eu cedo de um lado, concordando em votar em primeira discussão hoje, gostaria também que os nobres autores, ou a Mesa Executiva, também cedesse por outro lado, no sentido de termos um pouco mais de tempo diante dos argumentos por mim aqui dispendidos e os argumentos dispendidos por todos os colegas, para analisar esta matéria com um pouco mais de calma, dado a sua complexidade. Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Esta Presidência informa ao Deputado Colombino Grassano, tendo em vista o seu pronunciamento e a solicitação que fez da tribuna, de que no dia 18.10.94 foi aprovado requerimento de João Iensen, propondo a formação de uma comissão para apreciar as propostas de lei que tratam da Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. No dia 9 de novembro, a Presidência da Assembléia, em cumprimento à deliberação do Plenário, oficiou a Sua Excelência, o Governador Mário Pereira, pedindo que indicasse dois representantes do Poder Executivo para analisar essa proposta, bem como também, no dia 9 de novembro, ao Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Ronald Rodrigues da Costa, para que também assim procedesse. Até o presente momento, esta Presidência não recebeu as indicações do Poder Executivo, nem tampouco do Poder Judiciário.

No entanto, Deputado Colombino, por estar essa matéria em Regime de Urgência, aprovado também por esse Plenário e tendo em vista os procedimentos que temos adotado com referência aos projetos em Regime de Urgência, cujos Parlamentares têm interesse na tramitação, nesse caso, o Deputado Tavares, que foi o autor do Regime de Urgência, tem nos cobrado a votação desses projetos, esta Presidência decidiu-se pela publicação na pauta da Ordem do Dia para que havendo indicação dos representantes do Poder Executivo e Judiciário, possam eles oferecer, juntamente com representante do Poder Executivo os seus pareceres e dessa forma, a matéria já estaria em condições de vir a Plenário, atendendo aos dispositivos regimentais.

É apenas uma medida que estamos adotando, com o objetivo de deixar o projeto em condições de ser apreciado pelo Plenário, cumprindo, evidentemente, os dispositivos regimentais.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Cumprimento Vossa Excelência pelo zelo com que se houve em fazer com que fosse cumprido o requerimento formulado pelo Senhor Deputado João Iensen e é lamentável que os Poderes Executivo e Judiciário não tenham se manifestado da mesma forma com que Vossa Excelência foi pronto em pedir essas providências.

Contudo, Senhor Presidente, a matéria é importante demais para vir a Plenário, sem ao menos, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Poderia Vossa Ex-

celência abrir um precedente no Regimento Interno e, em entendimentos com o Senhor Deputado Erondy Silvério, fazer com que ao menos em reunião extraordinária, possa a Comissão de Constituição e Justiça, dar uma luz para os Senhores Deputados, oferecer um parecer que permita a que cada um dos Deputados desta Casa, possa votar com consciência, sabendo de que essa matéria importante foi objeto, ao menos, de apreciação por parte da mais importante Comissão desta Casa.

É o apelo que faço a Vossa Excelência em favor do bom senso e, principalmente, da respeitabilidade que deve ter o Poder Legislativo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu, na condição de relator do parecer dado na Comissão de Constituição e Justiça, claramente contrário à aprovação desse projeto, lembro a Vossa Excelência que na verdade, a Comissão de Constituição e Justiça devolveu à Mesa o projeto para que ele fosse regularizado, melhor debatido, fosse complementado. Este projeto passou posteriormente pela Comissão do Meio Ambiente, mas não retornou como determina o Regimento Interno à Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Então, entendo que este projeto antes de figurar na pauta das Sessões deveria, preliminarmente, passar novamente pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Entendo que esta é a atitude mais adequada e que está de acordo com o Regimento Interno desta Casa. Inclusive V. Exa. tem em mãos um requerimento de nossa autoria solicitando o adiamento da votação por dez Sessões. No meu entendimento a aprovação deste requerimento juntamente com a determinação de V. Exa. determinando o envio à Comissão de Constituição e Justiça, teríamos condições de fazer um debate melhor.

Até quero fazer um apelo à Presidência desta Casa como tem feito costumeiramente em projetos polêmicos, que terão impacto importante sobre o meio ambiente e sobre a população, a economia e o desenvolvimento de uma região do Paraná, que tenhamos a possibilidade de abrir o debate, porque esta Casa é o momento e o fórum adequado para que se façam os debates com a sociedade especialmente com os órgãos técnicos do Estado encarregados de analisar esta questão para que possamos sanar todas as dúvidas, não apenas com relação a constitucionalidade, mas também com relação ao mérito da obra, porque entendo, Sr. Presidente, que as manifestações ouvidas aqui pelos Srs. Parlamentares, nenhuma delas tocou nas questões essenciais e polêmicas que dizem respeito a este projeto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, analiso que o fato da Comissão de Constituição e Justiça ter dado o parecer contrário, não vejo nada de anormal quando a Comissão de Constituição e Justiça é composta por quinze dos Senhores Deputados. São quinze Parlamentares que participam. Quando há casos que já tivemos a oportunidade de ver como este, o Plenário é soberano. Então cabe a decisão à maneira dos Srs. Deputados que esta Casa é composta de 54 Srs. Deputados. Então por isso devemos apreciar pelo nosso Plenário.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - O parecer recomenda o arquivamento que foi acatado e devolvido à Mesa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O Plenário é soberano, Sr. Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - O parecer não foi aprovado ou rejeitado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O Plenário é soberano nas decisões de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita ao Deputado Ernani e Manfrinato que mantenham-se dentro dos preceitos regimentais, já que a Mesa concedeu a Questão de Ordem e neste momento não está havendo mais questão de Ordem e sim, conversa em paralelo.

Sobre a mesa, Ofício nº 2.072/94, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do quadro de pessoal deste Tribunal. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente de nº 2541 de autoria do Sr. Algaci Túlio, constante do expediente, comunicando sua ausência na sessão plenária do dia 23 corrente, em virtude de compromisso assumido no município de Piraquara. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Ofícios s/nº e 987/94, subscritos pelo Sr. Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinadas a investigar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado e irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Ofícios nº 002/94 e 001/94 subscritos pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constantes do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de In-

quérito, destinadas a investigar irregularidades administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado e irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos. **À Diretoria Legislativa.**

Ofícios nºs 125/94 e 124/94, subscritos pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constantes do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinadas a investigar irregularidades na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado e irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Ofícios nºs 303/94 e 302/94, subscritos pelo Sr. Deputado Elio Rusch, na qualidade de Líder do PFL, constantes do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinadas a investigar irregularidades Administrativas na compra de 02 (dois) helicópteros por parte do Governo do Estado e irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Elio Rusch, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Rossoni, Nilton Barbosa e demais Senhores Deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta para discussão e votação da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando preferência de votação da Proposição nº 179/94. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, acima aprovado:

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/94, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que cria Banco de Dados no Tribunal de Contas do Estado. SEM PARECERES. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputa-

dos; e obedecendo o pedido do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk para a inversão da Ordem do Dia:

## ITEM 16

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/94, de autoria da Comissão Executiva, que aprova a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.E.M.A.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada, nos termos do Art. 209 da Constituição Estadual, a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto a ser implantada nos Municípios de Adrianópolis e Cerro Azul.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## P A R E C E R:

A proposição em epígrafe visa aprovar a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, nos municípios paranaenses de Adrianópolis e Cerro Azul.

Sob aspectos constitucional, legal e jurídico, consoante competência desta Comissão, conferida pelo § 2º do art. 33 do Regimento Interno deste Poder, emitimos parecer contrário ao projeto em exame, visto a sua flagrante inconstitucionalidade e ilegalidade, como abaixo aduzimos:

"In limine", a referência preambular, o documento da Cia. Brasileira de Alumínio - CBA -, ao cumprimento do art. 209 da nossa Carta Estadual é inverídico. Diz o "caput" do citado dispositivo: "Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas...". Ocorre que, não foi observada, com as devidas alterações, a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação, e aplicação e dá outras providências.

O projeto em questão afronta o art. 10, "caput" e seu § 4º. in verbis:

"A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente -

SISNAMA; e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

O jurista José Afonso da Silva, em sua obra "Direito Ambiental Constitucional, 1994, editora Malheiros, leciona que a "referência a outras licenças exigíveis se prende às licenças municipais de obras, edificação, localização e funcionamento".

§ 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - o licenciamento previsto no "caput" deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.

A proposição sob análise não apresenta o prévio licenciamento do IBAMA, sequer faz referência a instituição, o que fere a legislação federal em vigor.

Ademais, igualmente não observa os dispositivos constitucionais federal e estadual, respectivamente, arts. 225 e 207, como bem de uso comum do povo, em que as Cartas erigiram o direito a sua fruição à categoria de "direito público subjetivo", vale dizer, exigível e exercitável em face do próprio Estado, a que compete, também, resguardá-lo.

Impede ainda atentar para o inciso IV e § 4º da Constituição Federal. O primeiro, inciso IV, exige, na forma da lei, o estudo prévio de impacto ambiental como "conditio sine qua non" para execução de projetos como barragens, usinas, etc..., que não integrou o presente projeto, bem como os documentos de itens sob n.ºs. 2 ao 5, apenas citados pela empresa interessada e não apresentados.

Contudo, o maior agravante está na afronta ao § 4º da Magna Carta Federal, no que concerne a proteção da Mata Atlântica, inclusive declarada como patrimônio nacional, e que agora é objeto de iminente degradação pela execução das preteridas obras. Igualmente, nosso Estado tem o dever de preservar, pois a mesma orientação é reforçada pelo inciso XV do art. 207 da Constituição Estadual.

Realmente, desprotegidas ficam essas terras quando o Poder Público do Paraná sequer cumpre os arts. 41 parágrafo único e 43 da Carta citada, não observando o prazo estipulado para formação das comissões, integradas pelos poderes Legislativo e Executivo, bem como por representantes da sociedade civil organizada, para promover a preservação e desenvolvimento do Vale do Ribeira.

Tão importante esta temática que a Constituição do Paraná tomou precauções, infelizmente, também não observadas do projeto em exame, dispostas nos arts. 161 e 162. Especificamente, este último dispositivo envolve uma comissão parlamentar,

nomeada pela Assembléia Legislativa do Estado para acompanhar "as negociações sobre aproveitamento energético, de recursos hídricos, entre a União e o Estado e entre outras unidades da Federação".

Novamente, a Constituição não foi cumprida, posto que não houve nenhuma negociação, tampouco formação da comissão parlamentar.

Afora estes fundamentos jurídico-factuais há que se avocar, indubitavelmente, o art. 163, também da nossa Carta Maior, que finaliza a discussão:

"O Estado fomentará a implantação, em seu território, de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para o atendimento ao consumo local, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente".

Obviamente, não trata o projeto de Hidrelétrica de pequeno porte, pelo contrário, logo a competência não é do Estado do Paraná.

Todavia, se não bastasse a forma hialina do citado artigo, vale ressaltar o disposto no art. 20 da Constituição Federal, que preconiza como bens da União:

Incisos, in verbis:

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado..."

VIII - os potenciais de energia hidráulicas;

IX - os recursos minerais, inclusive, os do subsolo;

Esta preocupação, é de supor-se, visa evitar qualquer disputa a esse respeito. Não há necessidade do uso da hermenêutica jurídica ou qualquer doutrina, pois são cristalinos os dispositivos supra. Todavia, vale lembrar que, potencial, na referência do inciso VIII, é toda fonte, virtual ou passível, no caso, de energia hidráulica. São os rios e as quedas d'água passíveis de geração de energia hidráulica. É irrelevante discutir a localização desses potenciais. Estejam onde estiverem são sempre bens da União. Logo, o aproveitamento só cabe à União ou a seus delegados.

O inciso IX é propositalmente citado, como cautela de interesse público, pois que, há informações fidedignas de que as terras, objeto desta proposição em análise, é rica em minerais, entre os quais urânio. Isto também explicaria o grande interesse do empresário nos referidos imóveis.

Nesse trâmite até o Conselho de Defesa Nacional deve ser ouvido como preconiza a Constituição Federal, ao final do inciso III do § 1º do art. 91.

Finalmente, é essencial salientar que o Decreto 96.746 de 21 de setembro de 1988 avogado pelo empresário interessado na construção da usina é inaplicável face as

determinações da Nova Carta Federal, em seus arts. 59 a 69, sendo o mesmo revogado ante as imposições dos arts. 175 e 176, do mesmo diploma.

Além da competência legiferante ser somente do Legislativo, não houve licitação para a propalada concessão.

Cuida o texto constitucional (arts. 175 e 176, seus incisos) de bens sujeitos a um regime jurídico especial, tendo em vista os interesses a serem resguardados. É o interesse público em questão e não o particular. Por isto há normas de licitação, como a Lei Federal 8.666, que não pode ser depreciada, sob pena de se colocar em dúvida a honestidade de propósitos e, mesmo, o dever de probidade do administrador.

A concessão, como uma das modalidades de licitação, é um contrato administrativo bilateral. Pela concessão contrata-se um serviço de utilidade pública, onde o interesse público é seu cerne, e não o particular, insistimos.

Pelas razões supra expostas, denunciadoras de desrespeito as normas constitucionais, legais e regimentais afrontadas pelo Projeto de Resolução nº 023/94, recomendamos seu imediato arquivamento.

Sala das Comissões, em 16.08.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
ERNANI PUDELL - Relator

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/94

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, tem por objetivo aprovar a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, nos Municípios de Adrianópolis e Cerro Azul.

Em análise ao material fornecido a esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, constatamos que o mesmo atende ao disposto no art. 209, da Constituição do Estado do Paraná, bem como as demais exigências com referência aos aspectos relacionados ao meio ambiente.

Portanto, encontra-se a referida proposição com a documentação necessária ao exame e à aprovação do duto Plenário deste Poder Legislativo.

Assim sendo, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente ao analisar, também, o aspecto de mérito do projeto de resolução em tela e constatando que a referida usina ao ser construída irá trazer progresso para uma região carente como é a de Adrianópolis e Cerro Azul, manifesta-se favoravelmente, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.94.

(aa) ALGACI TÓLIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator



Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovído Constantino, constante do expediente, solicitando seja adiada a votação por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Resolução nº 023/94. Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o nosso requerimento visa sobretudo permitir que se estabeleça o necessário debate aprofundado sobre o tema da construção desta usina.

Estranhei muito o Parecer da Comissão de Meio Ambiente desta Casa porque não se trata da construção de uma usina num local qualquer, é uma usina que estará situada no meio da mata atlântica, que é uma reserva ecológica, reconhecida, e que tem um patrimônio incalculável e, segundo todas as organizações de defesa do Meio Ambiente esta reserva é uma das mais ameaçadas e ao mesmo tempo uma das mais importantes reservas de toda a humanidade.

O rio Ribeira, segundo consta, é formador do lagamar, que é um ecossistema de complexa e variadíssima composição, identificado como berço de inúmeras espécies marítimas no seu período inicial de vida.

Mais do que isso, nós que já acompanhamos até sobre a construção de usinas hidrelétricas, além do impacto ecológico extremamente grave nesse caso, teremos também como sempre o impacto sobre as populações atingidas.

Serão mais de 1000 famílias atingidas. E essa discussão, segundo informações que temos, até porque quando apreciamos o requerimento da Mesa não haviam essas informações, são pessoas que serão atingidas com problemas sociais gravíssimos. É uma ilusão as populações dos Municípios atingidos pela hidrelétrica acharem que irão, a construção de uma hidrelétrica desta natureza trará muitos benefícios econômicos.

Durante a construção, pode ser, mas durante a construção lá irão populações imensas, irão trabalhadores que lá irão produzir, temos identificado o aumento de criminalidade, de doenças venéreas, problemas sociais enormes, que depois tendem a se acumular, quando do término da construção dessas usinas.

As populações atingidas, como ficarão? Para onde irão? Será que elas serão realocadas para locais próximos, respeitando a sua tradição?

E o que é mais importante também é que esta Casa precisa debater é sobre a conveniência econômica para o Paraná permitir que se abra um precedente que ataque o ecossistema da Mata Atlântica, quando já estão previstas as construções de mais três hidrelétricas, no mesmo rio, afetando

o nosso patrimônio ecológico, as nossas floretas. As nossas florestas já são extremamente pequenas, não contemplar mais do que 3% da cobertura original do Paraná. E, para onde irá esta energia?

Irá para o Estado de São Paulo! Irá, certamente para o Estado de São Paulo e será utilizada por uma fábrica de alumínio.

Então os benefícios maiores da construção dessa usina se darão, como sempre se deram no Estado do Paraná, para financiar e desenvolver a industrialização já concentrada no Estado de São Paulo!

O Paraná já exporta 75% de toda a energia que produz e nada recebe de ICMS por essa energia! Uma sangria na ordem de 400 milhões de dólares que nosso Estado sofre todos os anos, capaz de praticamente duplicar a capacidade de investimentos que o Paraná detém.

Não vamos, novamente, permitir a construção de uma usina que nos trará problemas sociais, ecológicos gravíssimos que não estão devidamente debatidos e aprofundados.

E o que é que vamos ganhar? O que é que o Paraná ganhará com isso? Acho que muito pouco, Senhores Deputados.

Não quero dizer aqui que não poderia eu, ou nós, sermos convencidos da oportunidade da construção dessa usina, mas para isso teríamos que fazer um debate! Porque estaremos tomando uma decisão que afetará o futuro de gerações, cabe a nós o bom-senso e a responsabilidade de só tomarmos essa decisão com conhecimento profundo de causa.

Nem vou citar aqui, Senhores Deputados, que o licenciamento para a construção de usina está barrado pela Justiça Federal. Existe liminar, tanto da Justiça Federal, em São Paulo, como Paraná impedindo o início da construção dessa obra.

O nosso Parecer, emanado na Comissão de Constituição e Justiça, demonstra, pelo menos uma meia dúzia de óbices de natureza legal que tornam este pedido de licença claramente inconstitucional! Inclusive com a necessária apreciação do IBAMA, porque se trata de uma obra que terá o impacto em dois Estados, no Paraná e no Estado de São Paulo. Uma obra realizada e que irá afetar, diretamente, uma floresta já protegida, considerada patrimônio mundial!

Essa é a questão, acho que esta Casa, quando se sensibilizam alguns Parlamentares com apelos da comunidade dos municípios diretamente envolvidos na construção, é verdade, mas nós temos que estar atentos a outras implicações também.

Questionamento de ordem internacional, questionamentos que poderão nos fazer por permitirmos que esta floresta, a Mata



Atlântica atacada, que se abra esse precedente.

Acho que essa Casa deveria discutir principalmente o que diz o Vale da Ribeira, efetivamente não pode continuar abandonado do ponto de vista econômico, a sua população em não receber nenhum tratamento, mas cabe ao Governo do Estado, cabe a esta Casa discutir um projeto de desenvolvimento econômico para aquela região que contemple a proteção da natureza, porque é uma região específica, e é possível o Estado fomentar atividades como o eco-turismo, pesca, produção de essências nativas, tantas outras que podem ser apoiadas, implementadas com o apoio, financiamento do Estado, com o envolvimento da sociedade daquela região, com os Prefeitos.

Temos alternativas para o desenvolvimento que não implicam necessariamente na construção desta Usina que irá exclusivamente fornecer energia a uma indústria de alumínio, e que segundo estudos essa obra não será suficiente para atender a demanda da usina, seriam necessários mais três.

E aí, quero chamar atenção dessa Casa para um posicionamento que nós recebemos aqui, um questionamento nesta Casa, quando aprovamos aqui a construção de Salto Caxias, quando os ambientalistas diziam que não se pode fazer um Rima exclusivamente sobre o impacto do lago, da região onde irá se formar o lago. É preciso que o Rima faça um estudo profundo de todo rio, de tudo que envolve aquele rio que estará sendo afetado.

Então se faz por partes, é lógico. Por quê? Porque se fizéssemos um Rima sobre o que representa o vale da Ribeira em termos de potencial turístico, de preservação da natureza, da proteção de espécies, talvez a construção de uma usina num conjunto maior não fosse permitida.

Então são esses questionamentos, Senhor Presidente entendo que não estão suficientemente esclarecidos, debatidos, e esta Casa, com toda sinceridade, não está, no meu entendimento, em condições de tomar uma decisão dessa natureza, nesse momento, por isso o nosso requerimento no sentido de que seja adiado por dez sessões, seja aprovado.

Esse Projeto poderá ir à Comissão de Constituição novamente, como o Regimento Interno determina. Nós poderemos, nesse meio tempo, abrir um debate nessa Casa, trazendo as entidades ambientalistas, trazendo os representantes do Vale da Ribeira para se manifestarem aqui, podemos trazer o nosso IAP, representantes do IAP, do IBAMA, da Procuradoria de Proteção e Meio Ambiente.

Podemos fazer aquilo que fizemos com Santo Caxias. E quero aqui, Senhor Presidente, chamar a atenção nessa Casa, por-

que a interferência que o Poder Legislativo fez na discussão sobre a construção de Salto Caxias foi uma interferência que resultou num procedimento histórico com relação ao respeito à população atingida pela construção daquela usina.

Nós temos hoje um procedimento, uma indenização que está sendo assegurada às famílias atingidas de Salto Caxias que se transforma num exemplo, num exemplo que acho que essa Casa na sua próxima legislatura tem obrigação de iniciar um debate profundo sobre o aproveitamento dos recursos hídricos do nosso Estado, a exemplo do que está fazendo o Poder Legislativo de Minas Gerais, que constitui uma Comissão corpo técnico de assessoramento para essa Casa debater essa questão, que foi em busca da sociedade, foi ouvir os técnicos, os órgãos do Governo, foi ouvir as populações, fez um debate profundo sobre o aproveitamento dos nossos recursos hídricos, e, aí sim, essa Casa terá condições de decidir sobre temas de tanta relevância.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço um apelo do bom senso para que esta Casa aprove o nosso Requerimento e nesse período de dez Sessões, nós possamos estabelecer um debate mínimo sobre essa questão tão importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento de autoria do nobre Deputado Ernani Pudell.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Nós propomos, em acordo com a Liderança do Governo, reduzir por cinco Sessões a retirada do Requerimento que está apostado com dez sessões, solicitamos que Vossa Excelência considere cinco Sessões, o pedido de retirada ...

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas para corroborar as colocações do eminente Deputado Ovídio Constantino e dizer que esta Liderança, tendo em vista as manifestações isoladas de companheiros de Bancada, dada a relevância da matéria, a sua alta complexidade, nós realmente temos que ter um pouco mais de tempo, não que sejamos favoráveis ou contrários pura e simplesmente, à matéria - para podermos ouvir novamente, eu pela primeira vez, o Governo através da Secretaria do Meio-Ambiente, a própria Companhia Paranaense de Energia Elétrica para saber se não há interesse do Governo do Estado na exploração de um manancial como este, e que é motivo de discussão neste Plenário, é uma empresa privada, sem que-rrermos entrar no mérito desta questão.

Portanto, acho que o equilíbrio é que, mais uma vez, vai decidir. Nem dez sessões, como quer o PT, nem duas sessões, como inicialmente pensávamos.

Vamos então ficar em cinco sessões para podermos recolocar a matéria em discussão e votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento de autoria dos Deputados Ernani, Florisvaldo e Ovídio.

O SR. ANIBAL KHURY - (Pela Ordem) - Vossa Excelência coloca em votação o requerimento da Bancada do PT, mas Vossa Excelência já encerrou a discussão. Esse processo está na fase de votação e não poderá sair da Ordem do Dia de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Anibal Khury, nós ainda não iniciamos a votação da matéria propriamente dita. Nós estamos, neste momento, votando o requerimento de retirada de votação.

O SR. ANIBAL KHURY - Mas desde que V.Exa. anunciou esse requerimento a matéria estava com a sua discussão encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós anunciamos a matéria, mas não a colocamos ainda em discussão.

O SR. ANIBAL KHURY - Nós propomos, como nós fizemos um entendimento preliminar com o Deputado Tavares que a retirada seja por duas sessões, após a aprovação da matéria em primeira discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas é que nós temos o requerimento do Deputado Ernani Pudell pedindo a retirada da matéria para não-votação nesta sessão inclusive. Então, o Plenário deverá manifestar-se contrário ou a favor desse requerimento.

Se aprovada a matéria irá para a votação...

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Somente para prestar esclarecimento à Casa a fim de que os Deputados não tenham dúvidas do que irão votar.

Gostaria de retificar a minha posição inicial, evoluindo para essa posição que acabei de colocar segundos atrás no sentido de que retiremos por cinco sessões para podermos analisar a matéria com um pouco mais de cuidado e tranquilidade, independentemente da questão de tirar ou não, de discutir, votar em primeira discussão ou não.

No entendimento que tive com a Bancada

do PT evolui para isto, tendo em vista as manifestações que colhi dos meus colegas Deputados aqui.

Inicialmente, havia conversado com o Deputado Anibal Khury no sentido de retirarmos por um número mínimo de sessões e, aí, subscrevi um requerimento de cinco sessões. Depois, o Deputado Kielse, que é companheiro de Bancada, fez um apelo para reduzir. Depois, outros colegas vieram e acharam que duas sessões era pouco.

Procuo me conduzir aqui dentro da Liderança, Senhor Presidente, da melhor maneira possível para que os trabalhos sejam discutidos, votados e analisados de forma equilibrada e sem muito emocionalismo.

Acho que se nós votarmos, retirando a matéria por cinco sessões, não vai haver prejuízo para ninguém, nós temos tempo suficiente para ouvir todas as partes e, daí sim, o Plenário manifestar-se de maneira tranqüila, porque a matéria, como todos puderam perceber, é de grande complexidade, e não dá para ser votada de afogadinho. Duas sessões é muito pouco, dez sessões, a meu ver, é exagerado, portanto, o equilíbrio seria de 5 sessões.

É a proposição que faço.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento do Projeto de Resolução 023/94 por cinco sessões. Está rejeitado o requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL - Peço verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Neivo Beraldin requer chamada nominal para verificação de votação.

O Senhor 1º Secretário, Júlio Bifon, procederá.

O SR. JOSÉ TAVARES - Apenas para orientar o plenário; quem for a favor da retirada por cinco sessões vota "sim", quem for contra vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Tavares, não existe requerimento, não foi aprovado nenhum requerimento pelo plenário de votação nominal desta matéria.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente, o Deputado Neivo Beraldin requereu chamada nominal?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requereu.

O SR. ANIBAL KHURY - Qual é o objetivo?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para o encaminhamento da verificação de votação.

O SR. ANIBAL KHURY - A verificação de votação está aí, Senhor Presidente. A chamada nominal só seria necessária se não houvesse número no plenário.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, vou me manifestar sobre a matéria. Entendo que não há extrema necessidade, nem motivos de tamanha urgência para votarmos este projeto agora. Não está em risco aí nenhum prejuízo ao Estado do Paraná se votarmos ou não hoje, até porque a matéria está "sub judice". Acho razoavelmente compreensível que os Deputados do Paraná...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não cabe a justificativa do Deputado Neivo Beraldin, uma vez que o processo de encaminhamento já se esgotou e V.Exa. está apenas atendendo o pedido do Deputado Ernani Pudell de verificação de votação. V.Exa., deve fazer valer o Regimento Interno, uma vez que o Deputado Neivo está extrapolando a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procede a questão de ordem do Deputado Dirceu Manfrinato.

Solicito ao Deputado Neivo Beraldin que informe à Mesa se mantém o pedido de chamada nominal.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, encontraremos no Regimento Interno espaço para falar, haveremos de encontrar, mas não precisamos discursar. Apenas um segundo mais para reflexão, não é urgente, a matéria está "sub judice", podemos analisá-la e discuti-la com clareza.

Portanto, analisemos aqui, no mínimo, os votos de quem é a favor para retirar por cinco sessões, ou quem é contrário. Isto é o mínimo para a transferência. Nem tentando colocar uma posição contra, nem a favor.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação de votação requerida pelo Deputado Ernani Pudell. Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao requerimento da retirada por cinco sessões queiram levantar-se.

16 Senhores Deputados votaram a favor da retirada por cinco sessões.

Os Senhores Deputados que forem contrários à retirada por cinco sessões queiram levantar-se.

Vinte e quatro Deputados são contrários. O projeto irá à votação nessa Sessão. Está rejeitado o requerimento.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 023/94.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Para orientação do meu voto. Queria que V.Exa. esclarecesse o seguinte: havia o requerimento que nós acabamos de votar, pedindo adiamento por 5 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exato.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Foi derrubado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Mas houve proposta, me parece que do líder...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado José Tavares.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - O líder do PMDB, Deputado José Tavares, brilhante parlamentar, que desconhece a matéria, sua complexidade e importância e propunha e concordou com 5 dias de adiamento. A proposta foi derrotada e eu pergunto à Presidência: aprovado em 1ª discussão o projeto em pauta, o projeto em votação, por quantos dias esse mesmo projeto será retirado da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se o Plenário aprovar o requerimento de autoria do Deputado José Tavares, solicitando a retirada do Projeto por 2 (duas) sessões que nós submeteremos à discussão e votação a seguir, ele será retirado por duas Sessões, senão, ele retornará à votação na Sessão de amanhã. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. tem dez minutos para encaminhar a votação da Resolução 023.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero lembrar o seguinte: a primeira votação é exatamente a análise sob o aspecto constitucional do Projeto e é sobre este aspecto que pesam graves vícios de inconstitucionalidade. Quero confrontar o parecer que nós emitimos na C.C.J. com o parecer dado na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Vejam o parecer singelo da Comissão de Meio Ambiente.

"Em análise ao material fornecido a esta Comissão a Ecologia e Meio Ambiente..." que nós não tínhamos quando esse projeto foi a CCJ, portanto, só poderíamos apreciar o projeto na CCJ, porque a aprovação da construção de uma usina desse

porte exige o estudo detalhado, que não tínhamos em mãos. Quer dizer, a Comissão de Constituição e Justiça nem sequer teve condições de analisar sobre os aspectos legais e constitucionais, essa documentação.

Em análise ao material fornecido a esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, constatamos que o mesmo atende ao disposto no art. 209, da Constituição do Estado do Paraná, bem como as demais exigências com referência aos aspectos relacionados ao meio ambiente.

Assim sendo, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente ao analisar, também, o aspecto de mérito do projeto de resolução em tela e constatando que a referida usina ao ser construída irá trazer progresso para uma região carente como é a de Adrianópolis e Cerro Azul, manifesta-se favoravelmente, opinião pela sua aprovação.

Que progresso é esse, Senhores Deputados? Milhares de operários que vão construir a Usina e vão permanecer desempregados, para onde irá essa energia? Para São Paulo, para movimentar uma fábrica de alumínio? Quem ganhará ICMS sobre essa Usina? Vamos observar aqui o resumo do rima, das audiências públicas constam diversos questionamentos sobre a oportunidade dessa obra.

Agora, quanto à questão da constitucionalidade, quero relembrar o nosso parecer.

Diz aqui o nosso parecer:  
(Lê).

"Ocorre que, não foi observada, com as devidas alterações, a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação, e aplicação e dá outras providências.

O projeto em questão afronta o art. 10, "caput" e seu § 4º.. in verbis:

"A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -, em caráter supletivo dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, em caráter supletivo. No caso trata-se de uma obra de impacto regional, deveria ter prévia aprovação do IBAMA que não consta, primeira inconstitucionalidade do proje-

to". Várias outras inconstitucionalidades estão sendo citadas aqui. A Assembleia do Paraná inclusive deveria constituir uma Comissão para analisar o aproveitamento dos recursos hídricos, conforme determina a Constituição Estadual. Esta Comissão não existe. Este Poder não se manifestou, efetivamente, como determina a Constituição pela Comissão específica a ser criada por esta Casa. Não nos manifestamos. Como podemos dizer que este projeto é constitucional? Não foi feita licitação sobre a concessão da construção dessa obra. O Deputado Neivo Beraldin lembrou muito bem: qual o posicionamento da COPEL que nós não sabemos? Agora nós vamos exatamente aprovar a constitucionalidade do projeto por esta Casa. Quer dizer, nós estaremos dando um atestado a nós mesmos de incompetentes porque iremos declarar constitucional um projeto que tem dezenas de vícios de inconstitucionalidade. Tanto é verdade que a Justiça Federal dos dois Estados, juízes, tanto de São Paulo como do Estado do Paraná concederão liminar barrando a construção dessa usina até que diversos aspectos sejam esclarecidos, diversos procedimentos sejam adotados. Se nós aprovarmos a construção dessa usina aqui a obra não irá se realizar enquanto a questão não for decidida a nível de Poder Judiciário.

Então, penso que esta Casa, os Senhores Deputados, muitos aqui em final de mandato, nós teremos aí um novo Governo assumindo brevemente e penso que uma decisão desta natureza deveria ser melhor refletida. Eu não entendo a pressa na aprovação desta matéria. Vamos adiar por duas Sessões. Muito bem, o que é que nós podemos fazer em duas Sessões? Quantas pessoas podemos ouvir? Quantos órgãos, quantas entidades? Praticamente nada. Não teremos debate algum.

Então, quero aqui pedir aos Senhores Deputados que rejeitemos esta matéria em primeira discussão e digo isto porque infelizmente esta posição nós teremos que tomar foi provocada pela falta de bom-senso da maioria dos Senhores Deputados que não acatou o nosso requerimento de adiamento por cinco Sessões. Nos colocaram numa situação extremamente difícil.

Então, quero aqui pedir aos Senhores Deputados que rejeitemos esta matéria, que pode ser devidamente apreciada por ocasião da nova legislatura que irá se iniciar a partir de fevereiro. Penso que até lá o futuro Governo terá condições de analisar esta questão, sei que o futuro Governo do Estado tem inclusive um projeto de desenvolvimento que leva em conta as peculiaridades regionais do nosso Estado, como é exatamente esta população do Vale da Ribeira. Certamente o Governo do Estado terá um projeto de desenvolvimento econô-

mico que irá permitir a convivência entre o homem e o meio ambiente naquela região, desenvolver aquela região.

Então, considero extremamente inoportuna a aprovação desta matéria. Temos ausências importantes aqui nesta Casa, como do Deputado Hermas Brandão que certamente iria contribuir muito com o debate aqui no dia de hoje, seria fundamental que o Deputado estivesse presente para acompanhar os debates nesta Casa.

Então penso que a posição que devemos adotar neste momento, infelizmente, porque não é no meu entendimento o melhor caminho, o melhor procedimento, mas deve ser a da rejeição desse projeto em primeira discussão.

E volto a frisar o porquê: porque em 1. discussão, analisamos o aspecto constitucional, que Vossas Excelências têm o parecer em mãos que consta da pauta que está aí da Ordem do Dia, basta olhar o parecer e vão verificar que esta Casa não pode aprovar uma matéria que é flagrantemente inconstitucional, inclusive já declarado pela Justiça Federal do nosso País, e esta licença para a construção da usina está barrada.

E eu volto aqui a usar as razões que o ilustre Magistrado paranaense deu quando concedeu a liminar dizendo o seguinte: que a liminar para impedir o início da construção da obra deve-se exatamente ao fato de que se for permitida a construção enquanto nos estivermos discutindo depois os danos já serão irreparáveis. Então, é preciso primeiro, olhar, observar, ver quais serão os danos, uma vez diminuído o impacto ambiental aí sim vamos aprovar a construção dessa usina. Inclusive acho que o Poder Legislativo do Paraná tem que tomar uma posição. Será possível que nós vamos continuar construindo usina para financiar o desenvolvimento industrial de São Paulo sem ganhar nada em troca? Conclamo o Poder Legislativo do Paraná a assumir a defesa dos interesses desse Estado, as defesas maiores, não os interesses pequenos. Vamos olhar a dimensão que esse projeto realmente tem e as suas implicações para as futuras gerações, para os interesses econômicos financeiros do Paraná. Esta questão não está discutida, o Paraná vai entregar terras, vai criar problemas sociais, vai entregar um patrimônio ecológico de valor incalculável, a troco de quê? Talvez alguns possam responder, mas eu sinceramente não me convenci.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação, Deputado Luis Carlos Zuk.

O SR. LUIS CARLOS ZUK (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Prefeitos, Vereadores, Lideranças e comunidade do Vale da Ribeira que aqui nos honram com as suas presenças.

Senhores Prefeitos do vizinho Estado de São Paulo, Vereadores e lideranças das comunidades situadas no nosso Vale da Ribeira.

Ovimos aqui na tarde hoje o que é realmente um Parlamento, aonde as idéias, as propostas e principalmente os caminhos a serem seguidos são feitos de argumentos. Represento uma cidade que é pólo de uma região, que é a cidade de Ponta Grossa, a minha região é a região dos Campos Gerais. Nesta Casa tomam assento como Deputado junto com a nossa pessoa os ilustres Deputados Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Plauto Miró Guimarães e Luis Carlos Zuk. Nós que temos a responsabilidade de argumentar, de representar e de saber o que é bom à nossa região é que eu neste instante uso da palavra para respeitar os dois ilustres Deputados desta Casa, o Deputado Kielse e o Deputado Anibal Khury.

E mais ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Conselho Regional do Vale da Ribeira, reunido nesta Capital com todos os Prefeitos daquela região, com as lideranças, com quem realmente conhece, de perto, e não de palavra, não de argumento, que não conhecimento de base, que não sabe aonde anda, que ouve dizer por alguém, ou por algum papel.

Voto, de sã consciência, pelo documento da Associação dos Municípios do Vale da Ribeira. Os interesses do Paraná estão aqui defendidos. Quando o ilustre Deputado vem aqui e questiona: - qual é o benefício? Eu vou ilustrar ao Deputado Pudell o aproveitamento hidrelétrico de Tijuco Alto: - Vai gerar energia que injetada no sistema de transmissão nacional permitirá a industrialização da região, notadamente na instalação de fábricas de celulose e de papel, de indústria de laticínios, de empresas de processamento de minérios e várias outras. Assim sendo a carência de investimentos públicos, na área será suprida, admitida pelas próprias autoridades estaduais paranaenses.

Meus Deputados, está respondido aquilo que é interesse, não nosso, que somos do outro quadrante do Estado, eu quero alertar os demais Deputados, com assento nessa Casa, vamos votar favoravelmente! Nobre e ilustre Deputado José Tavares, que representa a maioria desta Casa, vamos votar com o Governo do Paraná! Vamos demonstrar o interesse do Paraná no crescimento que tem nas mãos do Mário Pereira, que é nosso adversário político, mas é dos melhores e mais capacitados gerenciadores da causa pública, neste país, e tem dado mostras ao nosso Paraná. Junto com o governo, Sr.

Presidente, voto com o Anibal Khury, voto com o Kielse, voto com os Prefeitos, voto com as lideranças, voto com aquelas famílias que não têm a oportunidade que a minha Ponta Grossa desfruta. Nós somos a capital mundial da industrialização da soja. Ponta Grossa tem assento das maiores multinacionais, porque tem energia, porque tem entroncamento rododiferroviário que permite.

Aquele lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem estrada tem! Mas vamos levar energia, vamos levar progresso! E vocês haverão, não nessa legislatura mas nas outras, subseqüentes a esta, que este dia de novembro, Senhor Dirceu Manfrinato, ficará memorável, com seu voto favorável já declarado. Vossa pessoa está ajudando o futuro, não do Vale da Ribeira, o futuro do Paraná, do desenvolvimento daquilo que é o ramal da fome!

Quero, Senhores Deputados, com isenção total, dizer que a Mata Atlântica nós defendemos e eu sou um dos primeiros, junto com o Deputado Anibal Khury e com o Deputado Heinz a fazer a Lei Florestal desse Estado. Não admitimos que a Mata Atlântica seja estendida até Palmas, o mapa do IBGE delimita a Mata. Temos ecologistas e naturalistas que defendem o seu ponto de vista, mas nós também defendemos a natureza, aliada ao progresso econômico e à subsistência do homem e da família paranaense.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando uma moção de desenvolvimento sustentado do Vale da Ribeira assinada por lideranças, homens que vivem na terra, que sabem o que é bom para eles, nós, dos outros quadrantes do Estado, e agora peço ao Deputado Pudell, que está saindo dessa Casa, que reveja seu pensamento, o senhor é de uma outra grande região que é o Sudoeste, que é de Cascavel. Uma região do Paraná que era coberta de floresta, hoje não tem uma árvore. A região do Paraná que tinha a maior reserva deste Estado, mas o progresso, a plantação de soja, o cultivo, deu a nós do Paraná mostra que realmente o homem é capaz. E agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho a certeza daquilo que o ilustre Deputado José Tavares pediu, os senhores haverão de concordar, vamos votar nessa primeira votação, vamos retirar por duas para aqueles que ainda quiserem ter contato não com quem ainda não conhece, mas aí está a família do Vale da Ribeira que se propõe hoje, amanhã, depois de amanhã e até quando os Deputados quiserem esclarecer o que é bom para suas regiões. Não somos nós que lá moramos, não somos nós que lá iremos trabalhar, não somos nós que queremos que eles tenham o que nós desfrutamos. Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, nossa Guarapuava, Cezar Silvestre, terra

dos pinheirais, se não fosse a mão do desenvolvimento, Guarapuava não seria o que é hoje. Ponta Grossa sabe disso, e todos os Senhores que representam todo o Estado.

Por isso, de sã consciência, Senhores Deputados, vamos votar pela razão, vamos votar pelos argumentos dos ilustres Deputados Quielse e Anibal Khury, e votar por essa família presente para nós não errarmos para o futuro da geração do dia de amanhã.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Passuti) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós acreditamos que todos os argumentos representam a defesa de uma preocupação em prol do Paraná. Sem dúvida, nesta oportunidade, nós queremos deixar aqui bem claro, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, tanto o Deputado que fala nesta oportunidade como a Deputada Emilia, que faz parte daquela Comissão, que em momento algum nós colocamos contra essa iniciativa do Vale da Ribeira. Mas há que se registrar, obviamente como citou o Deputado Zuk, deve prevalecer a razão. E a Comissão de Constituição e Justiça muito ponderadamente levantou dados que são preocupantes. Então creio que no momento em que se diz que há algumas coisas obscuras em relação ao que determina a Legislação creio que o melhor caminho seria esclarecer essas dúvidas, desta forma nós procedemos em relação a regularização das terras da região de Pitanga e Sapopema, e com prudência naquela oportunidade, para o bem do Paraná e desta Casa fomos ouvidos pela Liderança do Governo e pelos Deputados que defendiam os interesses daquela região, que a prudência deveria prevalecer quando dúvidas pairavam sobre o encaminhamento daqueles projetos.

E procedemos aos levantamentos que se faziam necessários para o voto consciente e tranqüilo dessa Casa. E analisando tomamos uma posição de apoiarmos aquela iniciativa porque todos os requisitos legais estavam sendo preenchidos naquela oportunidade.

A Comissão de Constituição e Justiça levantou apenas as preocupações legais no preenchimento dos requisitos que a Lei estabelece, por isso nós estaremos continuamente votando até que esses fatos se esclareçam, e é bom que se diga, não somos contra a iniciativa do Vale da Ribeira, se existe uma dúvida já levantada na Justiça Federal a legalidade e a falta de alguns preenchimentos, nós temos a necessidade de



esclarecê-los primeiramente.

Obviamente, compete a esta Casa, conforme estabelece o Artigo 209 da Constituição Estadual, dar esta autorização, mas não podemos deixar de preencher aquilo que estabelecem as leis que foram aprovadas dentro desses parlamentos.

E, neste momento, a nossa preocupação se prende a isso. Achemos de grande validade o projeto de resolução dos nossos companheiros da Casa, achamos de grande validade a preocupação do Vale da Ribeira, e nos somamos a ela, e tenho certeza de que da mesma forma vai-se somar a ela o futuro governador Jaime Lerner.

Nós temos essa preocupação, nobre Deputado Anibal Khury, Deputado Cleiton e companheiros que compõe esta Casa, apenas no preenchimento de alguns requisitos legais, que dizem os pareceres, não estarem sendo preenchidos. Não é área de conflito que a Assembléia pretende criar, é apenas o esclarecimento daquilo que amanhã não possa vir a ser barrado pela justiça que está aí hoje.

Acho que todos nós, unanimemente, os cinquenta e quatro Deputados queremos o bem do Vale da Ribeira e queremos o bem do Paraná, mas, quando dúvidas pairam sobre leis de iniciativa desta Casa ou de iniciativa do Congresso Nacional, com certeza, nós temos que agir com um pouco mais de prudência, procurando esclarecer todas essas pendências e informações, votando de forma bastante consciente para não tentar inviabilizar a aspiração e a esperança de um povo que já vem lutando por tantos anos por este direito de ter uma hidrelétrica.

É esta posição que nós defendemos na C.C.J. da qual fazemos parte juntamente com a Deputada Emilia Belinati e é desta forma que nós estamos nos posicionando.

Não votaremos contra por votar contra. Não estaremos nos posicionando contra o Vale da Ribeira em hipótese alguma, mas estamos votando com um parecer da CCJ do qual tomamos conhecimento e das dificuldades de entendimento e de preenchimento dos aspectos legais que o próprio parecer e o projeto que tramitam, inclusive de outros órgãos que temos conhecimento, a exemplo de um parecer do Dr. Alcides Munhoz, da Procuradoria da República no Estado do Paraná, do Juiz Alexandre Vidigal de Oliveira, da 11.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal de Curitiba que trazem dúvidas.

Então, creio que antes que se crie polêmica, para que se tire proveito de um lado ou de outro, para que se tente caracterizar que alguém está sendo contra nesta Casa, são fundamentais esses esclarecimentos para que o Paraná saia ganhando e para que essa gente trabalhadora do Vale da Ribeira não veja amanhã, após o projeto aprovado nesta Casa, através de qualquer medida

judicial frustrada a expectativa da construção desta represa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, nobres Pares colegas Deputados.

Atentamente acompanhando o pronunciamento de todos os Deputados sobre a matéria, principalmente o do Deputado Zuk, onde o nobre Deputado realça um posicionamento da Associação dos Municípios do Vale da Ribeira, onde ressalta nosso posicionamento que injeta no sistema de transmissão nacional permitirá a industrialização da região, notadamente, mediante a instalação de fábricas de celulose e papel, indústrias de laticínios, empresas de processamento de minérios e outros e segue o posicionamento da Associação dos Municípios que, aliás, como municipalista que sou, defendo sempre o fortalecimento do municipalismo.

Entendo que alguns requisitos, antes da votação, devam estar cumpridos, ou seja, sobre a posição da Associação dos Municípios que fala que a geração dessa energia feita por esta hidrelétrica poderá ser aproveitada por outras, vai contrariamente ao expresso no Art. 2º do Decreto Federal nº 96746, de 21 de setembro de 1988. Apesar dos considerados lidos com muita atenção, diz: "o aproveitamento destina-se à produção de energia elétrica para uso exclusivo da concessionária, que não poderá fazer cessão a terceiros, mesmo a título gratuito". Tirada a emoção, o Decreto Federal dá uma concessão para exploração de energia elétrica, sem o requisito fundamental da concorrência pública, matéria "sub judice" apreciada pelo Poder Judiciário.

Não bastasse isto, para que não nos precipitássemos, vamos ao segundo ponto, a COPEL. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica foi ouvida. Temos aqui neste projeto de lei um parecer afirmando, dizendo categoricamente que não tem interesse no aproveitamento hídrico deste rio. Isto não consta, neste projeto de lei, não consta ainda neste processo.

Terceiro, imunidade tributária. A Constituição Federal, no seu Artigo 155, Inciso B, afirma: "está imune na produção de energia elétrica nas transferências interestaduais". Ora, Senhores Deputados, se existe uma imunidade tributária, se a energia vai ser produzida no Paraná e transferida para o Estado de São Paulo, para mover uma indústria de alumínio, qual é o interesse do Paraná, se não temos a posição do COPEL, se temos uma questão ju-



dicial levantada e sendo discutida, se temos um processo se arrastando desde 1988, na época do Presidente Sarney, seremos nós, Deputados, responsáveis pela aprovação de um projeto sem a devida discussão, com o prazo de apenas dois dias?

Peço, encarecidamente, entendo que a iniciativa privada deva participar do desenvolvimento econômico deste País e do Estado do Paraná, vejo o projeto até com simpatia, mas não ousa, pela minha consciência, votar a favor de um projeto sem que as dúvidas, pelo menos estes três requisitos, e poderia elencar um quarto, do impacto ecológico, do impacto ambiental, esteja satisfeito.

Por isso, com consciência, se for para votar neste momento, voto contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Algaci Túlio, para encaminhar.

A Presidência informa que ainda estão inscritos os Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Doutor Rosinha, Cleiton Crisóstomo e Neivo Beraldin, após o que o projeto irá à votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - A matéria está em votação, não tem o número de Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Por isto a Presidência encerrou a lista de encaminhamento.

O SR. NILTON BARBOSA - qual o número que pode?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Um a favor, um contra, poderemos ir até o final da composição da Assembléia, mas a presidência entende que o assunto já foi devidamente debatido e após o encaminhamento dos Deputados que citei anteriormente, procederemos a votação da matéria.

O SR. NILTON BARBOSA - Agradeço.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vi nesta Casa hoje, durante a discussão, uma discussão que pudesse na verdade, à exceção das feitas pelos Deputados Ernani Pudell e José Tavares, trazer à esta Casa e aos Parlamentares uma preocupação real do que pode provocar a construção desta usina.

Vi nos demais parlamentares, mais uma colocação de emoção, quando na verdade, deveria prevalecer a razão dessa discussão.

Venho a esta tribuna, conhecedor da região que sou, filho daquela região, não poderia ficar ausente desse debate, por entender de que nós estamos próximos ao

novo governo e acho que seria muito mais interessante, transferir essa discussão, essa decisão para o próximo governo.

Diria que este é um projeto que não pode ser votado com a emoção, mas sim, com a razão. É um projeto que não pode ser usado também com interesse político e é um projeto que não pode ser votado sem que haja uma discussão mais aprofundada.

Venho a esta tribuna, Senhor Presidente, para dizer que no dia 03.11.94, numa quinta-feira, pela manhã esta Assembléia marcou uma reunião para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

O Presidente da Comissão, Deputado Neivo Beraldin não estava na Casa. Este Deputado é o vice-Presidente e precisou, porque convocado foi e nunca foge dos seus compromissos, exatamente no dia do eclipse, nós estávamos trancados na sala das Comissões, para analisar uma manifestação de apoio dos prefeitos e de algumas licenças da comunidade e nós pedimos esta Sessão, com outros Parlamentares que lá estiveram, que, muito embora a maioria deles não pertencesse à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, houve um entendimento de todos os Parlamentares para que aqueles que ali estivessem, representassem a liderança de seus partidos e, conseqüentemente representassem os parlamentares componentes da Comissão.

Se é correto ou não, a minha consciência me faz vir a esta tribuna, Senhor Presidente, diante dessa discussão, que eu não vi o bom senso desta Casa, quando nós poderíamos transferir essa discussão por 5 sessões e quando a Casa poderia, mais uma vez, mostrar perante a opinião pública que tem interesse em esgotar uma matéria devidamente debatida, analisada com as pessoas que realmente conhecem da área, por essa razão é que eu venho a esta Tribuna.

Com dor na consciência até e abro aqui o coração e digo, nada contra o pessoal da região, muito pelo contrário, e por ter essa preocupação é que venho a esta tribuna, até possivelmente para contestar o parecer da Comissão que eu assinei, Senhor Presidente, e só faço isso porque não vi, repito mais uma vez hoje à tarde nesta Casa, prevalecer o bom-senso.

Por que a pressa de votar uma matéria que está tanto tempo em demanda na Justiça, que está tanto tempo amarrada aqui nesta Casa? Até iria mais além: há quanto tempo Cerro Azul, vale da Ribeira e pelo que me conheço como gente, há mais de vinte anos reclama pelo asfalto que não chega lá, que atravanca o progresso, o crescimento daquela região. Nunca vi uma manifestação de tanta vontade para que o fato acontecesse, na ausência do asfalto e esse parlamentar aqui enfrentou o Governador Requião, enfrentou o ex-Governador Álvaro

Dias, enfrentou o Senhor Osmar Dias, enfrentou o Senhor Maurício Fruet na última Festa da Laranja, lá em Cerro Azul, eu botei a minha cara para quebrar naquele domingo pela manhã, praticamente sozinho contra 4 pesos pesados do atual governo, cobrando, em nome da comunidade, com veemência naquela ocasião, pelo asfalto que há mais de 20 anos não chega na região, tempo em que meu pai tinha bodega lá em Areias e eu tinha meus 6, 7 anos de idade, já se falava na necessidade do asfalto para aquela região e até hoje não aconteceu e a cada Festa da Laranja, lá vão as autoridades governamentais Deus queira que nós agora que vamos assumir o Governo não venhamos a repetir as promessas dos Governos que passaram. Nós haveremos de fazer o asfalto para aquela região.

O Governador Jaime Lerner tem projetos importantíssimos para a região, para a redenção do vale da Ribeira. Será que os projetos do Governador Jaime Lerner não poderão ser prejudicados com a liberação dessa Usina? Por que a gente não aguardar Senhores Prefeitos que estão aqui, não sei se estão aqui Vereadores, mas eu até perguntaria: houve alguma manifestação das Câmaras de Vereadores das cidades a serem atingidas pela hidrelétrica? Não vi no projeto essa manifestação.

Então, Senhor Presidente, com todo o respeito ao interesse daqueles que querem essa usina. Também sou leigo no assunto, até de repente pode ser até que a usina venha a ser boa. Mas me preocupa depois de construída a usina. Os prefeitos, não os atuais que vão sair daqui a dois anos, mas os que vão entrar depois é que vão arcar com o ônus social dessa gente que vai ficar desempregada como aconteceu com os candangos de Brasília, como aconteceu com aqueles que ficaram em Itaipu, e está aqui o Prefeito Dobrandino visitando a Assembleia, pergunto o que sofre Foz do Iguaçu, hoje em consequência daquele pessoal que veio de Minas Gerais, que veio de São Paulo construir a obra e não voltou mais, perdeu o caminho de volta.

Então eu pediria pela dignidade desta Casa, repito mais uma vez com a minha consciência doída, porque sempre nesta Casa pautei pela coerência e não poderia deixar de vir à tribuna e colocar aqui a minha posição porque aqui está a minha assinatura como presidente da Comissão que se reuniu com os Deputados que não sei e aí há até que se questionar a validade destas assinaturas no Parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Faço isto, Senhor Presidente, porque acho que a Casa hoje não votou com a razão, votou com a emoção que pode custar muito caro não ao Estado do Paraná, mas muito mais à população das cidades ribei-

rinhas a nova usina.

Por isso peço a compreensão de todos, vamos retirar esse projeto, vamos convocar, como já disse o Deputado José Tavares, e aqui quero parabenizar o Deputado José Tavares, porque Vossa Excelência deixa a liderança do governo em menos de um mês. Poderia lavar as mãos, poderia ficar quieto, poderia não discutir, poderia não botar a cara naquela tribuna para quebrar, porque poderia sofrer as vaias da população das cidades que estão aqui, mas teve a decência e teve a coerência e em nome dessa mesma decência e dessa mesma coerência que eu peço, Senhor Presidente, aos Senhores Parlamentares, vamos votar com a razão e não com a emoção. Vamos retirar esse projeto da Ordem do Dia, vamos abrir uma ampla discussão para que amanhã não sejamos nós Parlamentares cobrados por uma votação que não foi devidamente estudada, analisada, que não foi aprofundada, assim votamos talvez mais para querer fazer média, talvez até com o povo daquela região e se fosse para fazer a média eu seria o primeiro a subir aqui e dizer: vamos votar o projeto que é importante para a região. Pode ser importante sim, mas pode ser de um grande prejuízo e por isso eu peço a todos que nós retiremos esse projeto.

Vamos para um debate mais aprofundado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, apenas para esclarecer ao Plenário, já que na manifestação do Deputado Algaci Túlio ele comunicava que a maioria dos Senhores Deputados presentes à reunião da Comissão de Meio Ambiente não pertenciam à Comissão.

No entanto, o Parecer ao Projeto 023/94, assinado pela Comissão de Meio Ambiente, vem assinado pelo Deputado Plauto Guimarães, Nilton Barbosa, Cleiton Quiel-se, Toti Colaço e pelo próprio Algaci Túlio, todos integrantes e membros titulares da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Portanto, a reunião, mesmo com a presença de outros Parlamentares tinha quórum suficiente para que acontecesse e pudesse deliberar como deliberou.

Para encaminhar o Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e

Srs. Deputados, assim como os Deputados que nos antecederam, estamos nesta Tribuna e queremos dizer que respeitamos os Srs. Prefeitos e Vereadores daquela região, respeitamos a população daquela região, principalmente aqueles que geralmente são vítimas dos espertos e exploradores, que não faltam em qualquer região do nosso Estado.

Ao analisar o Parecer dado na Comissão

de Meio Ambiente, que diz que levou em consideração o artigo 209 da Constituição Estadual, vamos ao artigo e constatamos que lá reza que após estar respondendo legalmente por toda a legalidade federal, aí sim, se dará pareceres favoráveis ou não. Tal projeto não obedece as leis federais, tanto é que duas liminares o suspenderam.

O Deputado Luis Carlos Zuk, desta tribuna, insinuou que nós fazemos discursos em cima de papéis sem olhar para a prática. E ao fazer isso o próprio Deputado lançou mãos de papéis e lei trecho da declaração feita pelo Conselho daquela região. Mas esqueceu o Deputado de ler um papel fundamental que é o Decreto 96.746, de 21 de setembro de 1988. O que reza esse decreto que dá autorização para a construção dessa hidrelétrica? Reza no seu artigo 2º, peço atenção dos Srs. Deputados; "O aproveitamento destina-se à produção energética, à produção de energia elétrica para uso exclusivo da concessionária, que não poderá fazer cessão a terceiros, nem mesmo a título gratuito".

É essa hidrelétrica que vai trazer desenvolvimento da região, quando o decreto federal já força e obriga que não seja cedido energia elétrica nem com a gratuidade, nem para um toque de luz na casa de qualquer um daqueles moradores daquela região. Não sei se os senhores moradores daquela região sabiam dessa obrigatoriedade da lei. E mais, reza o artigo 6º desse decreto assinado pelo Presidente Sarney que a concessionária terá direito à exploração de energia elétrica por trinta anos, ou seja, três gerações não terão luz por um período bastante longo da vida daquela hidrelétrica.

Portanto, ao fazer a defesa que queremos o desenvolvimento da região destruindo o meio ambiente, destruindo a mata atlântica, nós podemos pensar de outra maneira: é possível o desenvolvimento da região, com ou sem essa hidrelétrica, desde que os governantes tenham interesse em desenvolvê-la, desde que os governantes façam investimento naquela área como tem sido feita em outras regiões de nosso Estado. O desenvolvimento não depende de uma hidrelétrica na região, porque existe em algumas regiões do nosso País o desenvolvimento sem ter nenhuma hidrelétrica. E há que se levar em conta que a construção de uma hidrelétrica traz em primeiro lugar alguns empregos para os moradores da região, mas a maioria dos empregos são as empreiteiras que levam trabalhadores de outra região para lá. E sobra para aquela região o caos ambiental o caos na área de Saúde e a prostituição foi bem lembrado pelo Deputado Algaci Túlio o que sobrou para Foz do Iguaçu após a construção de Itaipu. Quantas favelas tem naquela região... e Foz do

Iguaçu, independente de Itaipu, tem o seu desenvolvimento econômico através da exploração do turismo. Portanto é possível se desenvolver uma região!

Agora, alegar que se precisa dessa hidrelétrica, cujo decreto estabelece que a energia elétrica não será usada nessa região, é um argumento que não se encaminha e não se vai à frente para conseguir obtê-lo.

Foi dito também aqui que o Deputado Ernani Pudell, que hora se retira dessa Assembléia, pois está em final de mandato. Aproximadamente metade de nós, Deputados, estamos em final de mandato. Está em final de mandato o Governador do Estado, ou seja vão trocar os principais representantes dos dois Poderes. Cabe a nós, no apagar da luzes, aproveitando a oportunidade que favoreça esse ou aquele, votar projeto no qual a responsabilidade caberá aos futuros governantes?

Seria de bom-senso, se nós analisássemos, como proposto pela Bancada do PT, de suspender por 5 Sessões. Nós não somos contra a construção de hidrelétricas, mas é preciso botar na balança o que traz de bom e o que traz de mal, naquela região aonde será construída.

A Bancada do PT, através do Deputado Ovídio Constantino, participou com outros Deputados, de outras Bancada, da discussão sobre a construção da hidrelétrica de Caxias. Esse parlamento aprovou, após um debate que durou mais de seis meses. Acabou sendo aprovado um projeto, importante para nosso Estado no qual todos ganham um pouco e todos perdem um pouco.

Agora aqui, querer enfiar goela abaixo, como se faz hoje, é impossível, nessas condições você dizer que este tipo de projeto trará desenvolvimento para aquela região.

Somos favoráveis, mais uma vez quero dizer, ao desenvolvimento, a gente sabe que desenvolvimento não é o puro e simples ganhar de alguém e alguém perder e continuar na miséria. Ou se desenvolve e distribui renda numa região ou a metade, ou mais da metade continuará miserável. Nesse sentido é que se deve discutir projetos. Na região Oeste do nosso Estado não tem mais nenhuma árvore, mas tem muitos miseráveis e alguns poucos ganhando algumas verdinhas. Na região do vale da Ribeira provavelmente já terá alguém ganhando verdinhas e um monte de miseráveis pedindo esmolas nas ruas.

Isso nós já sabemos e temos certeza porque esse fato ocorre quando o desenvolvimento não é equilibrado e aqui deixa claro neste decreto que não há equilíbrio quando toda a energia elétrica é simplesmente para a Companhia Brasileira de Alumínio, do Sr. Antônio Ermírio de Moraes,

por durante 30 anos, e aquele que trabalhar na hidrelétrica não pode ter nenhuma lâmpada, nem que seja gratuitamente. Isso está no Decreto do ex-Presidente José Sarney.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados:-

Eu, ao passar no corredor, hoje, me pegaram assim rapidamente: - "Olha, vai ter o Projeto de Resolução 032/94, que aprova a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto".

E confesso que eu, como Deputado do Paraná, porque obtive votos de todos os municípios desse Estado, nenhum município deixou de votar em mim, eu fico analisando a moção da Associação dos Municípios do Vale da Ribeira onde diz o seguinte: "Que o aproveitamento hidrelétrico de Tijuco Alto vai gerar energia que injetada no sistema de transmissão nacional permitirá a industrialização da região notadamente mediante instalação de fábricas de celulose, papel, indústrias de laticínios, empresas de processamento de minérios e outros".

É claro que durante a minha campanha política no Estado do Paraná, ao lado de Jaime Lerner e ao lado de Emilia Belinati, vendo, também as propostas viáveis colocadas em Rede Estadual de televisão, que a meta principal de Jaime Governador do Paraná seria a industrialização. Industrializar é gerar empregos, é acabar com a miséria, é acabar com tudo quanto é desgraça que leva o homem, a mulher, o jovem, a criança nesse lado negro que temos no Estado do Paraná que é a ação social da mentira. O desemprego, a falta de moradia, a educação, e tantas outras desgraças que violentam o moral e os princípios da família brasileira do meu Estado. É claro, eu não posso deixar de votar num projeto que vai gerar indústrias, gerando indústrias nós vamos ter a mão-de-obra, o emprego, nós vamos ter o homem chegando em casa com paz e tranquilidade de espírito, porque está levando reais para comprar a calcinha da filha, o sutian, a sua vestimenta, porque quando não há industrialização, Deputado Zuk, há prostituição mercantilista, há desgraça, há violência, e industrializar é de fundamental importância.

Voto o projeto, enalteço até, a idéia da palavra industrialização. Mas eu fico aqui perguntando porque esse projeto não chegou ao meu gabinete, porque hoje é que eu estou vendo esse projeto. Saí daqui correndo para instalar o meu novo programa de televisão, e fui lendo, voltei lendo. Não sabia, seria eu um mentiroso, um idiota se eu soubesse que esse projeto viria

hoje aqui. Agora que estou vendo. Então eu pergunto porque tão rápido, se vai gerar empregos? Se não vai gerar hoje, vai gerar amanhã. Pergunto eu: foi ouvido o novo Governador do Paraná que é do partido de V.Exa. e apoiado pelo meu partido político?

Porque é que o Líder desse Parlamento o Deputado José Tavares em alto e bom som quando eu chegava a essa Casa, quando a sua voz atravessava esse concreto, dizia desconhecer que o próprio Governador do Estado conhecesse esse projeto.

Industrialização, voto e vou votar sempre.

Agora eu pergunto: Quem ganha, quem perde com esse projeto? Ganha o lado de cá, o meu Paraná, ou ganha o lado de lá que é São Paulo? Alguém pode me responder? Tem alguma justificativa aqui, meu Deus do céu! Está escrito aqui quem ganha, quem perde? É o Paraná que vai ganhar ou é São Paulo que vai ganhar? Quem ganha, quem perde? Quem é que vai justificar isto para que eu possa votar não pelos Senhores Prefeitos, não! Eu não voto pelos prefeitos. Eu voto pelo povo! Quem tem que ganhar não é prefeito, é o povo? É o povo que precisa de indústria! É o povo que precisa de emprego! É o povo que precisa de geração de trabalho! É o povo que precisa de comida na mesa que precisa de um colchão para deitar, que precisa ter um café da manhã, que precisa que o filho está indo à escola sendo alfabetizado, mas com a barriga cheia, se a barriga está cheia, é porque o pai está ganhando bem.

E quanto à industrialização, eu vejo na industrialização geração de emprego, saneamento básico, dinheiro, educação, eu vejo prosperidade!

Então, quero saber quem vai ganhar, o Paraná ou São Paulo. Pergunto vai haver aumento de ICMS? Vai? Vai haver royalties, Deputado Neivo? Quero saber! Alguém tem que me explicar. Alguém tem que me explicar se vai haver ICMS, royalties. Tem que ter uma justificativa aqui! Tem que ter, meu Deus, uma justificativa aqui que eu entenda. Posso até ser burro, mas não sou idiota. Tenho que ver quem ganha, quem perde, se vai haver ICMS quantas indústrias serão geradas, quanto vai gerar de emprego? Quero saber!

Outro detalhe importantíssimo. Quero saber se tem algum projeto que diz quem é vai proteger as famílias alagadas do lado de cá? É o prefeito? É o vereador? Quem que vai proteger as famílias que vão ser alagadas do lado de cá? É o Prefeito? Ele tem dinheiro para proteger todo mundo? Vai ter advogado para todo mundo? Todo mundo vai ser amparado? O projeto diz: está todo mundo tranqüilo, está tudo certo, pode ficar sossegado que vai dar tudo cer-

to, vamos construir aqui, vamos construir lá, você que perdeu vai ter advogado! Já está tudo bonitinho aqui. Interessante!

A COPEL deu parecer? É da COPEL esse aí? Não. Esse aí é da COPEL? Não. O seu é da COPEL? Não. deixe-me ver, não está aqui. Não tem parecer.

E o IBAMA? Deu parecer também? Não. É esse aí o do IBAMA? Também não. Está aí com você, Deputado Algaci? Não. Está aqui atrás com você. Fregonese? Não.

Eu já encerro, dizendo o seguinte:

Artigo 1º - Fica aprovado, nos termos do Artigo 209 da Constituição Estadual, a construção - eu sou favorável porque vai gerar emprego, não é por que o prefeito está aqui para bater palmas, isso não resolve nada, para mim não resolve nada; o que resolve é emprego, geração de emprego, indústria, isto é que é a minha preocupação. O meu problema é o povo. Eu sou Deputado do povo e isto que é importante. - da usina hidrelétrica, Senhor Presidente, de Tijuco Alto a ser implantada nos Municípios de Adrianópolis e Serro Azul, após nova audiência pública a ser realizada pelo IBAMA e pela COPEL, na região que será atingida pela construção. Esta a emenda que vou dar entrada aqui amanhã para ganhar, ou para perder. E que alguém me explique o que é este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Observo com olhares atentos, Prefeitos do Vale da Ribeira, Vereadores, lideranças que vêm a esta Casa para assistir esta votação. Penso que os Prefeitos, Vereadores, interessados no Vale da Ribeira, devem conhecer mais este projeto do que a maioria esmagadora dos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná que têm a missão hoje, que têm a responsabilidade de por seu voto. Porque eu, na verdade, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia do Paraná, tomo conhecimento deste projeto hoje; é a primeira vez que consigo manusear estes papéis, estes documentos.

E, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, não convoquei a Comissão para discutir esse assunto porque não tenho sequer os documentos em mãos. Convoquei a Comissão de Meio Ambiente para discutir diversos assuntos. Não sei se o vice-Presidente que me antecedeu tinha conhecimento destes documentos. Não sei se aqui a assinatura do Deputado Plauto Miró se fazia presente na Comissão para discutir este assunto. Não sei se aqui a assinatura do Deputado Plauto Miró se fazia presente

na Comissão para discutir este assunto. Não sei se estes documentos foram manuseados na Comissão de Meio Ambiente, mas sei que está no processo uma negativa da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, foi recusado na Comissão de Constituição e Justiça. E foi aprovado, infelizmente sem nossa presença, porque estávamos viajando e já justificamos a impossibilidade de chegar em tempo, até porque não sabíamos, - como já disse, que iríamos discutir o projeto do Tijuco Alto.

Mas sei também que sempre, fala aqui o Deputado Rossoni, que conforme eu possa falar, mais fácil o senhor irá vencer. Não! Acho que é uma obrigação nossa falarmos. E não é aqui um voto contrário ao Vale da Ribeira, até porque fui autor da Lei dos Royalties Ecológicos que dobra a receita de Adrianópolis. Até sou Cidadão Honorário de Adrianópolis e quero bem ao povo do Vale da Ribeira e sei que tem verba orçamentária para a construção, para a pavimentação asfáltica de Rio Branco do Sul a Cerro Azul, está programada a construção asfáltica, será aberta a concorrência agora dia 20 de dezembro...então, não vai aqui um voto contra o Vale da Ribeira, nem contra a construção de Tijuco Alto, mas vai aqui a palavra de alguém que quer voltar com conhecimento de causa.

Vai aqui a palavra de alguém que quer saber os benefícios que o Paraná terá com esta construção da Usina de Tijuco Alto. Vai aqui a manifestação de alguém que sabe que inúmeros proprietários, pequenos proprietários de terras venderam suas terras e para onde foram? Para onde vão?

Sei que o Estado vai investir na pavimentação asfáltica. Sei que o Estado fará sua parte. Mas sei também que não há aqui uma manifestação da COPEL que tem o direito reservado para explorar a construção. Então, Srs. Deputados, não vamos nos alongar. O bom-senso manda, a lei manda que a Casa crie uma Comissão Especial para discutir esse assunto, assim como foi constituída para construção de Salto Caxias.

Gostaria de uma manifestação do Sr. Presidente em relação a isso. Se hoje como Presidente dessa Comissão de Meio Ambiente, recebo esses documentos que não sei onde estavam, se há uma manifestação contrária da Comissão de Legislação e Justiça e se há uma desinformação geral da Casa, em relação a este projeto, então por que não retiramos da Ordem do Dia por algumas sessões para podermos discutir com mais abrangência, para que os votos dos parlamentares, do povo do Paraná, sejam dados com consciência, com clareza e acima de tudo, com o saber daquilo que estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para

encaminhar a votação com a palavra Cleiton Crisóstomo. (Declina).

Com a palavra, para encaminhar, o Sr. Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos da região do Vale do Ribeira, eu, como representante encravado na Mata Atlântica neste Estado, pediria aos Srs. Deputados, que votassem favoráveis a esse projeto e digo o porquê. Durante quatro anos como Deputado, estamos brigando na Assembléia Legislativa contra as leis absurdas que foram encravadas nas regiões que detêm Mata Atlântica. Hoje, Srs. Deputados, em todo o Paraná você pode plantar no Vale do Ribeira. No litoral, na região da Mata Atlântica, se você planta, se você carpe, você vai preso por crime inafiançável. Hoje talvez os Srs. não saibam: a preocupação dos prefeitos e dos vereadores do Vale do Ribeira, são centenas de pessoas que batem à porta das prefeituras e Câmaras dos Vereadores, diariamente, pedindo comida e pedindo trabalho.

Olhem, digo tranqüilamente aos Senhores, somente com a instalação dessa hidrelétrica, que o progresso irá a essa região. Não existe esquema turístico, projeto turístico que faça com que essa região tenha um crescimento se ela não tiver uma medida de impacto e essa medida de impacto é a criação dessa hidrelétrica.

Senhores Deputados, para simplificar: não existem muitos segredos e comentava e me dizia o Deputado Nelson Justus que o Prefeito de São Paulo, na questão do cinto de segurança, que foi considerado inconstitucional, disse que preferia rasgar a Constituição do que ver a sua gente morrer e digo aqui as palavras ditas há pouco pelo meu companheiro e Presidente Nelson Justus: prefiro ver maculada a Constituição, a ver a minha gente morrer de fome.

Por isso peço que votem favoráveis ao projeto Tijucu Alto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrado o encaminhamento de votação. Passaremos à votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Queria comunicar que a Bancada do PT vai se retirar da votação, porque entendemos, como o Deputado Neivo, que esta matéria, caberia ao Parlamento do Estado do Paraná, ter o direito e a obrigação de debatê-la com mais cuidado e com mais profundidade. Não somos contra aos interesses da população do Vale da Ribeira. Pelo contrário, queremos apenas sermos convencidos de que esta obra é boa para o Paraná e para o povo daquela região. O que pedimos foi apenas cinco dias para que pudéssemos deba-

ter, ouvir os interessados que acho que esta é a obrigação que esta Casa tem para com a população daquela região e se possível usar o poder político que esta Casa tem, que este Parlamento tem para mealhar algum benefício a mais para o Estado com relação a construção dessa usina.

Então, por termos sido impedidos de promover esse debate que entendemos necessário, fundamental para votar esta matéria, a Bancada do PT, em protesto, retira-se do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência comunica ao Deputado Ernani Pudell que V. Exa. tem o direito de se retirar do Plenário, mas a sua presença será contabilizada para efeito de quórum, tendo em vista que V. Exa. está participando do processo, tendo inclusive encaminhado a votação, debatendo a matéria.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Pela mesma razão, Sr. Presidente, por não conhecer o processo com profundidade e pelo desejo que temos de votar com consciência nesta Casa, nos retiramos do Plenário, mesmo que V. Exa. queira contabilizar o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não contaremos o voto de V. Exa., mas constaremos a presença para efeito de quórum para deliberação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Fiz um requerimento verbal à Mesa, solicitando se a Mesa, se a Comissão Executiva não teria como responsabilidade em criar uma Comissão para que fosse analisado esse Projeto?.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa a V. Exa. que na discussão da construção da Usina de Salto Caxias foi apresentado um requerimento de Plenário e o Plenário deliberou pela formação de uma nova Comissão Especial. A Mesa não tem em poder nenhum requerimento para a formação de uma nova Comissão e por esta razão desconsidera a proposta de V. Exa..

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - E se fizermos um requerimento e votarmos...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se o Plenário deliberar a favor a Presidência constituirá Comissão.

O SR. NEIVO BERALDIN - Encaminho então, Sr. Presidente, verbalmente...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - E a Presidência aproveita para informar que o desconhecimento de V. Exa. sobre o



assunto não é de responsabilidade desta Presidência, como porventura o desconhecimento de outros Parlamentares, afinal de contas a matéria transitou na C.C.J., onde todos os Partidos, com exceção do Partido Liberal, tem representantes e tramitou também pela C.C.J. onde a maioria dos Partidos tem representantes.

Portanto, se não foi levado a conhecimento dos demais Deputados não é responsabilidade da Presidência e nem da Comissão Executiva que cumpriu as disposições regimentais.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, requeiro em tempo que se vote sobre a possibilidade da criação de uma ...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Aguardo o requerimento de V. Exa..

O SR. NEIVO BERALDIN - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Resolução 023/94. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, gostaria apenas que registrasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário do Deputado José Tavares.

O SR. DURVAL AMARAL - O Deputado Durval Amaral vota contrariamente também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário do Deputado Durval Amaral também.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, voto contrário por ser inconstitucional o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Voto contrário do Deputado Colombino Grassano.

O SR. PAULO MAIA - Como membro da Comissão de Constituição e Justiça continuamos votando com o Parecer daquela Comissão: Deputada Emilia Belinatti, e o Deputado que vos fala.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito, Sr. Presidente, que registre-se o voto contrário do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Voto declarado absolutamente a favor, porque estamos prestando um grande serviço a uma região abandonada que o próprio Gover-

nador Jaime Lerner teve a oportunidade de verificar, quando comigo foi lá nesses municípios desamparados, desajustados, que precisam da colaboração principalmente da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se a declaração de voto do Deputado Anibal Khury.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero declarar o meu voto favorável...

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Regimento Interno manda que a declaração de voto seja por escrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, pela Ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero declarar...  
(vozes sobrepostas)

... o meu voto favorável e dizer ao ilustre Deputado Doutor Rosinha que tenho o direito de declarar o meu voto em Plenário. E segundo, voto favorável porque é o empresário aqui pedindo licença para se instalar no Paraná gerando recursos e emprego, não estão invadindo propriedade de ninguém. Acho justo que apoiemos esse desejo que a população de lá quer.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero deixar bem claro que o Prefeito Jaime Lerner, quando em campanha na região do Vale da Ribeira, esteve lá, constatou a dificuldade da região, a situação miserável que se encontra muita gente naquela região. Mas nem por isso ele autorizou dizer que é favorável a construção da Usina de Tijuco Alto. Vamos, inclusive, aproveitando a retirada do Projeto por duas Sessões, ainda, consultar a assessoria do ex-Prefeito Jaime Lerner, futuro Governador, para ver a opinião dele também, porque afinal de contas é ele quem vai governar o Estado do Paraná.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Em momento algum falei que o Prefeito, o Governo Jaime Lerner, estava de pleno acordo com a construção da Usina. O que ele verificou lá pessoalmente, porque ele inclusive recebeu a maior votação naquela região de todo o Estado do Paraná, ele verificou pessoalmente que a região está abandonada, que a região precisa de benefícios e que vai colaborar com a região que ele visitou e que está totalmente abandonada.



O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Em momento algum a Bancada do PDT deixou clara que é contrária à votação do Projeto. Ela vai votar com a sua consciência no momento em que entender que o Projeto é de importância para a região, e no momento até que o nosso líder maior, Governador Jaime Lerner, disse que é favorável. O que não podemos aceitar que se use o nome do futuro Governador sem que a sua Bancada tenha conhecimento disso. Por isso queremos ouvir o futuro Governador com relação ao seu pensamento em relação a essa região. Votaremos favorável até, deixamos bem claro, tanto eu como o Deputado Paulo Maia naquela tribuna, desde que estejamos devidamente convencidos de que o projeto é de importância para a região e não vai ferir nenhum lei na questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Anibal Khury e ao Deputado Algaci Túlio que encerrem as questões de ordem.

De posse da Presidência, requerimento do Deputado José Tavares. Requer a retirada do Projeto de Resolução 023/94 por duas Sessões. Conforme foi o entendimento inicial após a votação colocaríamos esse requerimento. Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O Projeto portanto não constará da ordem do Dia de amanhã, retornando na Sessão de segunda-feira.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Consulta V. Exa. se a Presidência encerrou a Sessão Plenária de hoje, uma vez que vários dos Srs. Deputados estão se retirando, dando a impressão que acabaram os trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estão apenas começando Deputado.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só para esclarecer ao Plenário, à Mesa, as indicações dos Partidos para composição das Comissões Parlamentares de Inquérito. O PFL indicou para a Comissão de irregularidades na correspondência e compra de selos o Deputado Plauto Miró; o PDT indicou o Paulo Maia; o PP indicou o João Preis e Duílio Genari; o PTB indicou esse Deputado que vos fala. Falta somente o PMDB indicar os dois Deputados que o Regimento Interno lhes permite.

Para os helicópteros super-faturados o PFL indicou o Deputado Plauto Miró Guimarães; o PDT, Algaci Túlio; o PP Nilton Barbosa e Júlio Bifon e o PTB este Deputado que vos fala.

Portanto, Sr. Presidente aproveito a oportunidade para fazer um apelo veemente ao Líder do PMDB nesta Casa para que con-

tribua com o processo iniciado pelo Governador Mário Pereira no sentido de apurar os fatos reais de corrupção no Governo que ora se extingue. Só falta o PMDB.

Apelo no sentido de que possamos agilizar esse trabalho, já que estamos praticamente no final do mandato, dia 15 de dezembro entramos no recesso parlamentar. Um dia de atraso irá, de fato, prejudicar os trabalhos que pretendemos travar nessa luta contra o tempo.

Faço esse apelo ao líder do Governo para que contribua com esta Casa de Leis, no sentido de indicar os dois nomes ainda hoje, para que amanhã possamos deflagrar o processo da CPI visando apurar irresponsabilidades do Governo do Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, só para um esclarecimento ao eminente Deputado Mário Bezerra.

Não cabe ao líder do Governo fazer a indicação de membros para compor comissões e sim ao líder da Bancada do PMDB a quem Vossa Excelência deve dirigir o apelo nesse momento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Apenas só para refrescar a memória do Deputado Dr. Rosinha, quando criticou os Senhores Deputados que se levantaram aqui, na hora da votação do projeto ele se retirou do Plenário.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Manfrinato está nervoso porque não conseguiu retornar a esta Casa e começa a agredir os demais Parlamentares dessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de ordem de Vossas Excelências.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o meu nome foi citado.

Quero dizer a Vossa Excelência Dr. Rosinha que sou um homem muito bem preparado e tenho o meu estado emocional equilibrado, não como Vossa Excelência que não o tem. Recebo qualquer resultado das eleições, e não foi a primeira que perdi, foi a terceira.

O SR. JOSÉ AFONSO (Pela Ordem) - Queremos dizer, nós que perdemos a eleição, eu o Dirceu Manfrinato, que não tivemos a alegria de sermos eleitos Deputados, para continuar servindo o povo do Paraná. Mas podemos dizer que aqueles que nos criticam fizeram menos votos do que nós.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

## ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Neves Formighieri. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 228/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Neves Formighieri.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.94.

(a) DUÍLIO GENARI

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de homenagear o "explorador de sertões", o primeiro que abre e descobre caminho através de região mal conhecida, que vai adiante e anuncia um sucesso futuro que outros, seguramente, viriam se juntar e somar fortalecidos pelo heroísmo dos Pioneiros.

Dia 23 de junho de 1946, há quase meio século atrás, José Neves Formighieri chegou à Cascavel. Juntou-se ao reduzido número de pessoas e com liderança encorajou ainda mais a todos, que com bravura e trabalho continuaram o seu propósito. Lágrimas, suor e sangue derramaram sobre o chão que desbravavam, abrindo clareiras na mata virgem que permitiram vislumbrar a terra fértil até então desconhecida.

Devemos sempre render nossa homenagem, o reconhecimento e agradecimento pelo grande feito, aos pioneiros desta Terra Oestina, muitos dos quais não mais nos dão a alegria da presença e do convívio, mas que aqui ficam incluídos na homenagem, através da maravilhosa pessoa humana de José Neves Formighieri. Porque aos primeiros enfim, couberam as maiores adversidades, nem por isso desanimaram, porque heróicamente fortalecidos por um espírito unitário, de garra e força de vontade, "armados" de machado, foice e facão conseguiram abrir a clareira para abrigar a gente, que sempre mais veio se somar. De cabeças erguidas e já com ferramentas em punho, com desejo e coragem, deram passos largos rumo ao desenvolvimento e progresso, que permitiu a Cascavel e Oeste do Paraná ser um grande pólo, que se desenvolveu rapidamente e, graças ao trabalho de seu povo, é o Celeiro de nosso Estado.

Cabe aqui ressaltar, que, graças ao seu espírito comunitário, o povo foi reconhecendo em José Neves Formighieri um líder arrojado e com todas as condições de

prestar grandes serviços também na política.

Com o firme propósito de contribuir com o seu trabalho, para o ainda maior desenvolvimento da então vila e conseqüentemente participar no engrandecimento da Região Oeste e do Estado, liderou a campanha de emancipação político-administrativo do Município de Cascavel.

Eleito o 1º Prefeito em 14 de novembro de 1952, exerceu o mandato no período de 1952 a 1956. As dificuldades inerentes à instalação e primeira administração de um novo município eram acentuadíssimas, principalmente considerando-se 42 anos atrás.

Para registrar e demonstrar o despreendimento de espírito público, José Neves Formighieri manteve com recursos próprios as despesas e gastos da Prefeitura Municipal.

Custeou as obras do Paço Municipal e a construção da primeira escola, porque tinha a preocupação maior de oferecer de imediato melhores condições para o aprendizado das crianças. Também comprou com recursos próprios, o primeiro trator para a Prefeitura ter condições de oferecer serviços que se faziam necessários aos moradores que queriam se estabelecer.

Realizou uma administração notável, que inegavelmente projetou Cascavel como município de progresso, despertando o interesse de empresas e pessoas de outros Estados que ali vieram e se estabeleceram. Objetivando facilitar a vida de empresas e de outros Estados que ali vieram e se estabeleceram. Objetivando facilitar a vida de empresas e de pessoas, gestionou junto aos Governos Estadual e Federal, e sabedores do futuro que se apresentava, gerando riquezas para o desenvolvimento da região, as autoridades determinaram de imediato a instalação de Coletoria Estadual e Federal.

Continuando sua obra de administrador com muita visão para o futuro, conseguiu que o município tivesse instalada a sua Comarca, que muito contribuiu o reconhecimento de outras regiões, despertando o interesse de muitos a ali se instalar. Outro destaque que merece registro é a construção da primeira malha viária do município, com aproximadamente 300 km em 4 anos de mandato, com demarcação, planejamento e localização do Perímetro Urbano, com abertura de ruas e praças.

Atuando continuamente e com liderança sempre voltada ao bem estar do povo, conseguiu junto ao Governo Federal o asfaltamento da BR-101, atual BR-277, trecho de Guarapuava a Cascavel.

Além de homem público reconhecido pelo seu trabalho a favor da coletividade, José Neves Formighieri é também um destacado empresário no ramo madeireiro e agropecuário.

rio, trabalhando com a maior dedicação até os dias de hoje, quando já tem 78 anos de vida.

Pelo acima exposto, e por fazer parte da História do Paraná, apresentamos o presente projeto de lei, que solicitamos apoio dos nobres Deputados que integram esta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 228/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Duílio Genari, o projeto de lei em análise objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Neves Formighieri.

Procedendo a análise objetiva do projeto de lei em tela, constatamos inexistir qualquer óbice de natureza regimental e constitucional, estando, portanto, em condições de ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 14

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 707/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, que altera o artigo 2º da Lei Complementar nº 056, de 18 de fevereiro de 1991. (Criação de Municípios). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 169, de 30.11.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETOS DE LEIS COMPLEMENTARES  
NºS 707/93 e 493/91

As proposições em epígrafe, por tratarem da mesma matéria são analisadas conjuntamente, conforme diligência requisitada em 14 de dezembro último. Dispõem, pois, de alterações às leis complementares nºs 56 e 57 de 1991, sendo que a 493/91 de autoria do Deputado Nelson Justus chega a revogá-las.

Analisadas, minuciosamente, chegamos a conclusão que ambas estão em condições de serem aprovadas, desde que na forma do substitutivo em anexo, pelos seguintes motivos:

O Projeto de Lei nº 707/93 está incompleto face as normas regimentais desta Casa de Leis, em ambos ante as normas técnicas, e constitucionais concernentes a moralidade e interesse público, além de não disciplinarem sobre o pleno atendimento as necessidades da população.

Todavia, cumpre ressaltar que ambas as iniciativas são positivas, sendo muito aproveitadas no substitutivo, apenas são complementadas com o escopo de eliminar as

falhas existentes, acompanhar as necessidades da população e o desenvolvimento sócio-econômico.

Sala das Comissões, em 26.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEIS  
COMPLEMENTARES SOB NºS 707/93 e 493/91

SÚMULA: Dispõe sobre criação e incorporação de municípios do Estado do Paraná e revoga as Leis Complementares nºs 56 e 57/91

Título I

DA CRIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Art. 1º - A criação e incorporação de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, obedecidos os requisitos previstos nesta lei e, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas;

Art. 2º - Criação de municípios ocorrerá mediante:

I - desmembramento de área territorial de município;

II - fusão de duas ou mais áreas territoriais pertencente a dois ou mais municípios;

III - fusão de dois ou mais municípios, com a extinção destes.

Parágrafo Único: Em casos de fusão, hipóteses dos incisos II e III, deste artigo, a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Constituição e Justiça, solicitará pareceres às Prefeituras e Câmaras Municipais envolvidas, que se manifestarão no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento, para a devida instrução processual legislativa e análise de mérito.

Art. 3º - Incorporação de municípios ocorrerá através de transferência integral ou de parte do território de um município para outro.

Art. 4º - Fica proibida a criação ou incorporação de municípios, quando a medida importar para o município ou municípios de origem na perda dos requisitos exigidos nesta lei.

Art. 5º - Nenhum município será criado ou incorporado, sem o atendimento do art. 1º desta lei, bem como do § 1º do art. 19 da Constituição do Estado do Paraná, e dos seguintes requisitos:

I - população nunca inferior a 2.800

(dois mil e oitocentos) habitantes, nas respectivas áreas, comprovada por certidão fornecida pelo IBGE, no caso de criação ou incorporação integral de municípios, e não inferior a 1.000 (mil) habitantes, no caso de incorporação de parte de área territorial;

II - número de eleitores nunca inferior a 30% (trinta por cento) da população;

III - capacidade de ampliação de ensino público fundamental;

IV - existência de comércio, indústria, produção agropecuária ou quaisquer outras atividades comprovadoras de potencial econômico-financeiro, auto-suficientes, com a demonstração de capacidade geradora de receita tributária, nas respectivas áreas, com parecer técnico da Secretaria da Fazenda neste sentido;

V - capacidade de ampliação da oferta de serviços públicos de saúde;

VI - capacidade de ampliação da oferta de serviços públicos de segurança;

VII - existência de infra-estrutura básica, no tocante ao abastecimento de água potável, através de rede pública, esgoto e energia elétrica, abrangendo 100% das casas residenciais e comerciais na sede;

§ 1º - Excepcionalmente, no caso de município com mais de 5 (cinco) mil habitantes ou 1000 (um mil) imóveis na sede e 2000 (dois mil) no total, não dispor de infra-estrutura básica de rede de esgoto com somatória de atendimento de 100% (cem por cento) da população municipal, abre-se um prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da instalação do novo município para execução e conclusão das obras; sendo 180 (cento e oitenta) dias para levantamento da área e estimativa de custo, e o restante para elaboração de projetos, básico e complementares, bem como da realização e conclusão das obras;

§ 2º - O município com até 5000 (cinco mil) habitantes e não contando com uma infra-estrutura básica de esgoto será aberto prazo, a partir da instalação do novo município, de até 6 (seis) meses, para levantamento, concretização e conclusão de soluções individuais de esgoto, como fossa séptica, de modo a atender a totalidade da população municipal;

VIII - existência de serviços telefônicos na sede do município, com o mínimo de 10% (dez por cento) de terminais ligados nas casas residenciais e comerciais, vias de acesso rodoviário e transportes;

§ 3º - Existência de infra-estrutura básica referida nos incisos IV, VII e VIII supra será comprovada por documentos pertinentes, mapas e fotos através da Secretaria de Fazenda do Estado;

§ 4º - A Secretaria de Planejamento do

Estado por sua vez será responsável pelo estudo de viabilidade econômico-financeiro do novo município.

IX - Plano de preservação da mata nativa, na proporção de 20% (vinte por cento) da área, devendo ser fiscalizado pelo novo município;

X - existência, no mínimo 750 (setecentos e cinquenta) casas ou prédios, em todo território do novo município e de 200 (duzentas) casas ou prédios no centro urbano;

XI - ser distrito há mais de 5 (cinco) anos;

XII - ter condições apropriadas para a instalação de Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores;

XIII - distância mínima de 10 (dez) quilômetros pela rodovia principal, entre o distrito emancipado e o perímetro urbano da sede do município de origem ou outro município próximo, comprovada por certidão do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

§ 5º - Considera-se sede do distrito emancipado, prevista no inciso supra, o prédio da intendência distrital, ou, na falta deste, aquele destinado a instalação da Prefeitura Municipal.

XIV - a criação de município implica na continuidade territorial e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

§ 6º - Entenda-se por preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do meio ambiente urbano, nos termos desta lei, a manutenção das instituições e valores espirituais, materiais, culturais e históricos transmitidos coletivamente por uma sociedade e o conjunto de condições naturais e influências que atuam sobre os organismos vivos e seres humanos dentro do perímetro urbano de uma povoação.

§ 7º - Os requisitos dos incisos III, V, VI, constarão do Plano de Desenvolvimento referido no art. 7º desta Lei.

§ 8º - Com representação por escrito à Assembléia Legislativa do Paraná, os requisitos dos incisos I a XIV serão apurados e avaliados de acordo com suas respectivas competências pelos órgãos;

I - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

II - Justiça Eleitoral;

III - Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ou Promotoria de Defesa ao Meio Ambiente;

IV - Secretarias de Estado ou órgãos oficiais aos quais estejam vinculados.

## Título II DO PROCEDIMENTO

Art. 6º - O procedimento para criação ou incorporação de Municípios terá início mediante:

I - Representação dirigida ao Presidente da Assembléia Legislativa, subscrita pelo presidente da Comissão Emancipacionista, com endosso de, no mínimo, 100 (cem) eleitores, contendo número dos títulos e zonas eleitorais e atestados de residência nas respectivas áreas;

§ 1º - O presidente deverá dar ciência da representação a todos os parlamentares no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento, sendo permitido aos deputados interessados amplo acesso a todo o teor da representação e documentos incluídos;

§ 2º - Quando a área emancipada contiver partes de mais de um município, o endosso referido no inciso supra deste artigo 6º será acrescido de 20 (vinte) eleitores residentes e domiciliados na área de cada um dos municípios de origem.

§ 3º - Para comprovação da qualidade de presidente da comissão emancipacionista, a representação a que se refere este artigo será acompanhada da ata de reunião que o elegeu presidente;

II - a representação de que trata o inciso I e parágrafos deste artigo 6º deverá apresentar a área da unidade proposta, demonstrando suas divisas de forma clara, precisa e contínua e, sempre que possível, acompanharão acidentes geográficos permanentes e facilmente identificáveis, além da denominação do novo município e a indicação da zona cívico-administrativa sede.

III - A apresentação de Plano de Desenvolvimento do novo município, assinado por profissionais habilitados nas áreas afins, que são essenciais ao projeto;

§ 4º - Os profissionais habilitados, referidos no inciso anterior, serão responsabilizados na forma da Lei, caso prestem informações falsas, no que concerne ao disposto no § 7º do art. 5º desta Lei.

IV - Mapa da área emancipada, com descrição sistemática das divisas, tudo conferido pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná;

V - Memorial descritivo de estabelecimentos mercantis e industriais, unidades de ensino e hospitalares, associações desportivas, sociais e culturais, e número de propriedades rurais;

VI - Indicação da localidade que será sede do novo município;

VII - Inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis municipais localizados na área emancipada;

VIII - Relação discriminada dos funcionários lotados na área, na data do pedido de autorização para realizar plebiscito.

### Título III

#### DA COMISSÃO EMANCIPACIONISTA

Art. 7º - A Comissão Emancipacionista compete praticar todos os atos consequentes, inclusive representar os interesses da área emancipada junto aos órgãos do Poder Judiciário.

§ 1º - A comissão emancipacionista deverá ser composta, no mínimo, por 06 (seis) pessoas, quais sejam: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e um Conselho Fiscal de no mínimo 03 (três) membros e igual número de suplentes, todos eleitos democraticamente pelos integrantes da área emancipada.

§ 2º - Havendo mais de uma comissão emancipacionista na mesma área emancipada, será credenciada aquela que ingressar por primeiro com a respectiva documentação na Assembléia Legislativa, ou seja, da formação da comissão nominata de seus membros, com respectiva identificação pessoal, via requerimento, com cópia da ata de reunião que elegeu a comissão.

§ 3º - Recebido o requerimento, de que trata o parágrafo anterior, o presidente da Assembléia Legislativa, no prazo de 10 (dez) dias, expedirá em favor da Comissão Emancipacionista, credencial, pessoal e intransferível, ao desempenho de suas funções, bem como dará ciência ao fato ao presidente da Câmara dos Vereadores do município a que pertença a área emancipanda e ao Prefeito.

§ 4º - Só se considerará, sucessivamente, demais pedidos de credenciamento da Comissão, se a primeira não reunir as condições exigidas nos parágrafos anteriores, ou seja do 1º e 2º, ou se a anterior, após credenciada, expressa e individualmente renunciar.

§ 5º - Recebido ciência do fato, o Prefeito municipal procederá a divulgação através de ato oficial a toda população do município.

§ 6º - Credenciada, a comissão emancipacionista encaminhará o pedido de autorização para realizar plebiscito, juntando prova de que a área emancipada satisfaz as condições exigidas no art. 6º desta Lei, acompanhando dos documentos descritos nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do art. 7º desta Lei.

### Título IV

Art. 8º - Na toponímia dos novos municípios é vedada a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras já existentes, bem como a designação de datas, nomes de pessoas vivas e o emprego de denominação com mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais e algarismos.

Parágrafo Único - Serão admitidas exceções quanto ao direito de prioridade à

nomenclatura mediante acordo entre as unidades interessadas, ouvidas as respectivas populações.

Art. 9º - Recebido o pedido de autorização para realizar o plebiscito, a Assembléia Legislativa pronunciar-se-á, através das Comissões competentes, sobre a regularidade do mesmo.

Art. 10 - Considerado em ordem o pedido, a Comissão de Constituição e Justiça elaborará projeto de resolução que autorizará a realização de consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, fixando a área abrangida para o efeito.

§ 1º - Por populações diretamente interessadas, nos termos desta Lei, entende-se as pessoas domiciliadas e residentes na área a ser desmembrada.

§ 2º - Se o processo for rejeitado será arquivado, só podendo ser reapresentado na Legislatura seguinte.

Art. 11 - Aprovado o projeto de resolução pelo Plenário, após sua promulgação o presidente da Assembléia Legislativa solicitará ao TRE a realização do plebiscito.

Art. 12 - Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, regulamentar a realização da consulta plebiscitária e fixar-lhe a data.

Art. 13 - A forma de consulta plebiscitária, em matéria de criação ou incorporação de municípios regulada pelo TRE, respeitará os seguintes requisitos:

I - cédula oficial, contendo as palavras "sim" ou "não", indicando respectivamente a aprovação ou rejeição à criação ou incorporação do município;

II - eleitor pertencente a zonas eleitorais existentes nas áreas diretamente afetadas pela criação ou incorporação de município;

III - eleitor residente na área a mais de 01 (um) ano;

IV - votação será feita em escrutínio secreto.

Art. 14 - A aprovação do eleitorado no plebiscito da-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitor.

§ 1º - Se o comparecimento do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, está só poderá ser renovada passadas duas sessões legislativas.

§ 2º - Na ocorrência de fusão, como disciplinada na Lei, pelos incisos II e III do art. 2º, o plebiscito será realiza-

do de forma separada, exigindo-se, para a aprovação da criação ou incorporação, o voto da maioria simples e o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado de cada área territorial participante da fusão, bastando a rejeição do eleitorado de uma das áreas territoriais para a desaprovação da proposta.

Art. 15 - O Tribunal Regional Eleitoral, após a apreciação do resultado da consulta plebiscitária, comunicá-lo-á ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da sua homologação.

Art. 16 - Dentro dos 05 (cinco) dias seguintes, o presidente da Assembléia Legislativa registrará o fato em sessão plenária dele dando conhecimento ao governador do Estado.

Art. 17 - Somente será admitida a elaboração de Projeto de Lei que crie município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores, que compareceram às urnas, mediante votação em que tenham se manifestado, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos eleitores inscritos.

Art. 18 - De posse do resultado do plebiscito, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento, nomeará relator que, no caso de resultado favorável à criação ou incorporação de município, apresentará projeto de lei, que terá tramitação segundo o estabelecido às demais proposições.

Art. 19 - Só serão admitidas emendas modificativas corretivas em matéria de criação ou incorporação de municípios, e justificadas por constatação de dissentimentos no traçado do polígono definidor das divisas do novo município ou por impedimento quanto a sua toponímia.

#### Título V DO NOVO MUNICÍPIO

Art. 20 - O território do novo município continuará a ser administrado pelo prefeito do município ou municípios de que foi originado, até sua instalação.

Art. 21 - O município será instalado com a posse do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea à daqueles municípios já existentes.

Art. 22 - Até a elaboração de Lei Orgânica própria, vigorará no novo município a legislação do município de origem.

Parágrafo Único - Nos casos constantes

dos incisos II e III do Art. 2º desta Lei, vigorará a legislação do município de maior população.

Art. 23 - Durante o período compreendido entre a criação e a instalação do município, a contabilidade de sua receita e despesa será processada em separado pela Prefeitura do município ou municípios de que se originaram.

Parágrafo Único - Em até dez dias úteis à instalação do novo município, a Prefeitura responsável pela contabilidade entregará àqueles os livros e documentos de escrituração contábil e a respectiva prestação de contas, para fins de controle interno e externo.

Art. 24 - Os bens imóveis e móveis e serviços situados no território que foi objeto de criação de município, passarão à propriedade do novo município, na data de sua instalação do novo município, independente de indenização.

§ 1º - O município originário transferirá ao novo, os equipamentos, veículos e máquinas, integrantes do seu parque viário, proporcionalmente à população e à extensão das rodovias municipais existentes na área desmembrada;

§ 2º - Os bens e equipamentos de uso comum serão administrados através de consórcio, nos termos da lei.

Art. 25 - Não poderão ser feitas incorporações ou criações de municípios em ano de eleições municipal e/ou estadual.

Art. 26 - Quando faltarem ao município condições mínimas para sua subsistência, o Estado poderá extingui-lo, anexando o respectivo território ao de outros municípios, na forma desta Lei.

§ 1º - A extinção será feita mediante lei, precedida de parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado;

§ 2º - De posse do parecer, a Assembleia Legislativa determinará, por lei, a realização de consulta plebiscitária à população do município, que se manifestará quanto à preferência relativamente às anexações territoriais consequentes.

Art. 27 - A Lei que extinguir município determinará a anexação do respectivo território a um ou mais municípios limítrofes, observando, quanto possível, os resultados da consulta plebiscitária prevista no artigo anterior.

Parágrafo Único - A mesma lei disporá a respeito do patrimônio e responsabilidade financeira do município extinto.

Art. 28 - Instalado o município, deverá o prefeito, no prazo de 15 (quinze)

dias, remeter à Câmara Municipal a proposta orçamentária para o respectivo exercício e projeto de lei da estrutura administrativa acompanhado do respectivo quadro de pessoal.

§ 1º - Em caso de criação ou incorporação, inclusive sob forma de fusão conforme incisos II e III do Art. 2º desta Lei, os servidores que prestavam serviço na área emancipada serão automaticamente absorvidos pela nova Administração, respeitados seus direitos adquiridos junto a Administração de origem.

Art. 29 - Com a posse do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias será processado o inventário do patrimônio do município de origem, levando-se em consideração em igual proporção, a população, área territorial e extensão das estradas municipais, do município de origem e da unidade emancipada.

§ 1º - No inventário referido no "caput" deste artigo será considerado o ativo e passivo do município de origem, levantado no balanço geral do último exercício financeiro antes da instalação do município emancipado;

§ 2º - O processo de inventário aprovado pelo chefe do Executivo dos municípios interessados será encaminhado às Câmaras Municipais para a devida homologação no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

§ 3º - Aprovado o inventário, este será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo do município de origem, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para transferir o patrimônio destinado ao novo município;

§ 4º - O não cumprimento do "caput" deste artigo, bem como seus incisos, nos prazos estabelecidos nesta Lei, ensejará o inventário judicial que poderá ser promovido pelo Prefeito ou pela Câmara de Vereadores do município de origem ou do município emancipado.

#### Título VI

#### DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE LINDES MUNICIPAIS

Art. 30 - Para o estabelecimento de divisas entre municípios deverão ser utilizados, sempre que possível, acidentes geográficos de fácil identificação e de natureza permanente.

§ 1º - Deverá ser evitada a utilização de linhas imaginárias que interceptam propriedades particulares, muito extensas ou de extremos não intervisíveis.

Art. 31 - Quando for utilizado curso d'água ou massa d'água como elemento definidor de limite intermunicipal, este será considerado coincidente com uma linha equidistante das margens, exceto, no caso



de existirem ilhas fluviais ou lacustres.

§ 1º - A definição dos limites de que trata este artigo, no caso da existência de ilhas fluviais ou lacustres, deverá atender à seguinte ordem de prioridades:

I - manter a origem de onde se desagregou (desagregaram) aquela(s) área(s) descontínua(s);

II - manter a vinculação de domicílio da maioria absoluta dos ilhéus ao município de origem, segundo o documento da propriedade;

III - manter a facilidade de acesso àquela(s) área(s) descontínua(s);

IV - conservar a linha equidistante das margens como limite;

V - observar a menor distância da(s) ilha(s) a uma das margens.

§ 2º - Ocorrendo conjuntos de ilhas, deverão ser observados, sempre que possível, os quesitos citados no parágrafo anterior de forma independente para cada ilha.

Art. 32 - Observado o disposto no artigo anterior e, existindo mais de um município confrontante com ilha(s) situada(s) ao longo do curso d'água, os limites desses municípios serão projetados sobre aquela(s), seccionando-a(s) através de uma linha reta que, partindo do ponto de contato do limite terrestre com o álveo, alcance um ponto fixo de fácil identificação, situado na margem oposta.

§ 1º - Na escolha do ponto de referência a que se refere este artigo deverão ser considerados os seguintes quesitos:

I - estabelecer o menor cumprimento para linha seccionária;

II - observar perpendicularidade com a diretriz do curso d'água;

III - permitir fácil identificação e intervisibilidade entre os pontos extremos da linha.

§ 2º - Para os efeitos deste Artigo, álveo é a superfície que as águas cobrem sem transbordar para o solo natural e originalmente enxuto.

#### Título VII

#### DOS MARCOS DE DIVISAS INTERMUNICIPAIS

Art. 33 - As divisas intermunicipais legalmente estabelecidas, definidas por linhas imaginárias, elementos físicos de difícil reconhecimento ou sujeitos a modificações em curto período de tempo, deverão ser materializadas através de marcos de divisas.

Art. 34 - Os marcos de divisas intermunicipais são considerados obras públicas, protegidos pelas leis civis de proteção ao patrimônio público.

§ 1º - Os marcos de divisas intermuni-

cipais de que trata este Artigo serão construídos em concreto, em forma de tronco de pirâmides de base quadrada medindo 0,40m de lado na base, 0,20m de lado no topo de 1,50m de altura.

§ 2º - Os referidos marcos deverão conter plaqueta de identificação, na forma circular, com 0,10m de diâmetro na qual constarão, obrigatoriamente, a sigla do órgão estadual responsável pela definição dos limites intermunicipais, o número de cadastro do marco, estabelecido por este mesmo órgão, as expressões "MARCO DE DIVISA MUNICIPAL" e "PROTEGIDO POR LEI", os nomes dos municípios envolvidos no limite e a data de implantação do marco.

Art. 35 - A implantação dos marcos de divisas intermunicipais será executada sob a orientação e supervisão do Poder Executivo Estadual, através de órgão técnico oficialmente designado, a quem caberá estabelecer os critérios técnicos para implantação dos mesmos e homologar esse ato, procedendo aos registros técnico e civil.

§ 1º - Não haverá desapropriação de áreas para implantação dos marcos de divisas, todavia, a implantação dos mesmos só poderá ser efetuada mediante a anuência, por escrito, do(s) proprietário(s) da(s) área(s) a serem ocupadas por aqueles marcos.

§ 2º - O registro civil de que trata este Artigo será feito gratuitamente, nos cartórios de registro de imóveis dos municípios envolvidos no limite.

Art. 36 - A remoção de marcos de divisas intermunicipais, a qualquer título, só poderá ser efetuada mediante autorização por escrito, concedida pelo órgão técnico citado no art. 38 desta Lei.

Art. 37 - Passados 8 (oito) anos a contar da instalação do novo município, não sendo concretizadas as projeções de melhoria de qualidade de vida de sua população, previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII e parágrafos, VIII do Art. 5º, bem como do inciso III do Art. 6º, o Município criado ou incorporado voltará a sua condição política-administrativa anterior.

Parágrafo Único - Havendo necessidade de inventário de bens para retorno ao "status quo ante" ao município ou distrito de origem, serão utilizados os mesmos critérios previstos no Art. 29 e parágrafos desta Lei.

Ar. 38 - Ficam revogadas as disposições contidas no Título V, do capítulo XII do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, bem como as leis complementares n.ºs 56 e 57/91, e demais dispo-

sições contrárias.

Art. 39 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.04.94

(a) ERNANI PUDELL

**JUSTIFICATIVA:**

O presente substitutivo de Lei Complementar visa atender princípios constitucionais condizentes com a moralidade e interesse público, com o conseqüente atendimento às necessidades da população e desenvolvimento sócio-econômico. Pois, ao estabelecer critérios rígidos para criação e incorporação de novos municípios no Estado, com ênfase a capacidade de ampliação da oferta de serviços públicos e infraestrutura básica aos seus habitantes, se pensou na qualidade e condições de vida do ser humano morador e merecedor do respeito a que o Estado lhe deve, como administrador de um poder em seu nome exercido.

Pela proposição tenta-se evitar o maniqueísmo das criações, incorporações, fusões e desmembramentos de municípios, sob escopo de fins eleitoreiros, venais e imorais, em detrimento ao interesse público bem como a própria organização político-administrativa e social do Estado.

Este é o momento mais oportuno para tal disciplinamento, haja vista a proximidade das eleições e o conseqüente desvirtuamento desta função tão democrática, por aqueles que não têm compromissos com a defesa dos direitos humanos, com a construção de uma sociedade livre, justa, igualitária e solidária, enfim com os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, a que se fundamenta nossa Carta Maior.

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 707/93**

**PARECER:**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo alterar o artigo 1º, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça na forma de Emenda Substitutiva, no âmbito da Comissão de Terras, Imigração e Colonização não encontramos nada que possa obstar a presente proposição em sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo o nosso parecer é favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.94

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

EDSON SILVA LINO - Relator

Em discussão.

O SR. DUÍLIO GENARI (Para Discutir) - Se-

nhor Presidente, gostaria de pedir a retirada desse projeto por duas sessões.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Este pedido eu gostaria que fosse colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, requer adiamento por duas sessões do Projeto nº 707/93.

**Aprovado.**

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação de votação. Senhores Deputados que forem favoráveis à retirada do projeto queiram levantar-se.

Quatorze (14) Senhores Deputados aprovam a retirada.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Quatorze (14) rejeitam.

**Aprovado.**

Esta Presidência decide pela retirada por duas sessões.

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 046/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 107/94, que fica autorizado o Poder Executivo a alienar aos Senhores Angelo Nelvir Gadena e Sebastião Conrado, o imóvel constituído do lote nº 29 da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, com área de 66,6772 ha, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 092/94, que autoriza o Poder Executivo alienar a Augusto Rodrigues, o imóvel constituído do lote nº 37, do imóvel Campina de Freitas, situado no Município e Comarca de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 036/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 094/94, que autoriza o Poder Executivo através do IAP, alienar a Horácio Fernandes Júnior o imóvel denominado Barra Grande situado no Município de Sapopema. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 10

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 079/94, que autoriza o Poder Executivo através do IAP, alienar a Albino Coltro, o lote nº 119, do imóvel Cinco Encruzilhadas, no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem nº 098/94, que autoriza o Poder Executivo alienar a Josafat Forquevicz, o imóvel situado na Colônia Boa Ventura no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C..

**Aprovado.**

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ARLINDO TROIAN - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e sete (27) Senhores Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

## ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01 de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/94

## EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

SÚMULA: Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Resolução nº 001/94.

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para a criação do Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxi-

nal:

## MEMORIAL DESCRITIVO

## Com o Município de Faxinal

Inicia no Rio Três Barras, no encontro de um linha seca e reta que parte da cabeceira do Rio Lajeado em direção a foz do Rio Três Barras, sobe por este até a foz do Rio das Flores, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança a cabeceira do seu contravertente afluente do Rio Azul, desce por este afluente até alcançar a divisa do lote 74, segue pela divisa dos lotes 74, 72 e 36 todos do Faxinal de São Sebastião até encontrar o Rio da Campina, desce por este até alcançar a foz do seu quarto afluente a margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança seu contravertente afluente do Rio São Pedro, desce por este até sua foz no Rio São Pedro, desce por este até sua foz no Rio Alonzo ou do Peixe.

## Com o Município de Grandes Rios

Inicia na foz do Rio São Pedro no Rio Alonzo ou do Peixe, desce por este até sua foz no Rio Ivaí.

## Com o Município de Jardim Alegre

Inicia na foz do Rio Alonzo ou do Peixe no Rio Ivaí, desce por este até a foz do Rio Lajeado.

## Com o Município de Borrazópolis

Inicia no Rio Ivaí na foz do Rio Lajeado, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha seca e reta em direção a foz do Rio Três Barras no Rio das Antas, segue até alcançar o Rio Três Barras."

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(a) EDSON SILVA LINO

Apoiamento: Cleiton Kielse, José Tavares, Dirceu Manfrinato, Toti Colaço, Geraldo Cartário, Nelson Garcia e Nilton Barbosa.

## JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa instruir e alterar o Projeto de Resolução nº 001/94, de acordo com mapa e memorial descrito elaborado e fornecido pelo Instituto Ambiental do Paraná, os quais encontram-se anexo.

## PROJETO DE EMANCIPAÇÃO

DISTRITOS: CRUZMALTINA, SÃO DOMINGOS E DINIZÓPOLIS

DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL

## MEMORIAL DESCRITIVO

## Com o Município de Faxinal

Inicia no Rio Três Barras, no encontro de um linha seca e reta que parte da cabeceira do Rio Lajeado em direção a foz do Rio Três Barras, sobe por este até a foz do Rio das Flores, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança a cabeceira do seu contravertente afluente do Rio Azul, desce por este afluente até alcançar a divisa do lote 74,

segue pela divisa dos lotes 74, 72 e 36 todos do Faxinal de São Sebastião até encontrar o Rio da Campina, desce por este até alcançar a foz do seu quarto afluente a margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança seu contravertente afluente do Rio São Pedro, desce por este até sua foz no Rio São Pedro, desce por este até sua foz no Rio Alonzo ou do Peixe.

Com o Município de Grandes Rios Inicia na foz do Rio São Pedro no Rio Alonzo ou do Peixe, desce por este até sua foz no Rio Ivai.

Com o Município de Jardim Alegre Inicia na foz do Rio Alonzo ou do Peixe no Rio Ivai, desce por este até a foz do Rio Lajeado.

Com o Município de Borrazópolis Inicia no Rio Ivai na foz do Rio Lajeado, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha seca e reta em direção a foz do Rio Três Barras no Rio das Antas, segue até alcançar o Rio Três Barras.

Retorna à C.C.J.

ITEM 07  
2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 354/94, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 122/94 que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à União dos Escoteiros do Brasil imóvel (conforme especifica) da planta Fazenda Boqueirão, nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão.

ITEM 06  
2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei Complementar nº 315/94, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 104/94, que cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPEL. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.

Sobre o referido Projeto, Emendas do Plenário em número de 05 (cinco) de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 315/94

##### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Acrescente-se ao artigo 3º:

"O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná será composto por 17 (dezessete) membros nomeados pelo Governador do Estado, a saber:

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -
- VI - 2 (dois) representantes de associa-

ções representativas da comunidade.

VII -  
VIII - (um) representante da Associação Comercial do Paraná." Sala das Sessões, em 22.11.94.  
(a) TOTI COLAÇO  
Apoiamento: José Tavares, Duílio Genari, Durval Amaral, Severino Félix, Djalma de Almeida, César.  
JUSTIFICATIVA:

É de suma importância a participação dos Municípios e do Poder Legislativo no Conselho Permanente dos Direitos Humanos, portanto pelo alcance que tal afeto possui, como para uma melhor sistematização das atividades pleiteadas pelo Conselho.

##### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Substitua-se no projeto em epígrafe o artigo 4º e seus incisos pelo seguinte:

Art. 4º - Todos os membros terão mandato de 2 (dois) anos.

§ 2º - Nos casos de vacância na composição do Conselho, os suplentes substituirão o titular."

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO  
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Duílio Genari, Paulo Maia.

##### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Suprima-se o art. 6º do projeto em epígrafe.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO  
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Duílio Genari, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda se faz necessária, porque entendemos que o Presidente é um representante de igual valor aos demais componentes do Conselho, evidente que com atribuições diferentes, porém não justifica ter voto singular e de qualidade.

##### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Altera-se a redação do art. 8º do plano de lei em exame para:

"Art. 8º - O Regimento Interno do COPEL será aprovado na primeira reunião do Conselho, pelos seus membros.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELLA  
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Duílio Genari, Paulo Maia.

##### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Substituir a redação do art. 3º, incisos e §§ 1º, 2º e 3º do projeto em questão, pela seguinte:

"Art. 3º - O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná será composto por 15 (quinze) membros, a saber:

- 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes serão escolhidos entre os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, incluindo a OAB/PR e Ministério Público;

- 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes serão escolhidos entre as ONG's - Organizações Não Governamentais, ligadas a defesa dos Direitos Humanos.

Parágrafo Único - Para escolha dos membros previstos no inciso II do artigo anterior, o Poder Executivo, através do Secretário de Justiça e Cidadania, promoverá, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, uma conferência sobre Direitos Humanos, onde as ONG's escolherão seus representantes, incluindo suplentes, e os indicarão ao Poder Executivo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da conferência.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoiamento: Duílio Genari, Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Retorna à C.C.J....

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, há um requerimento nosso para ser votado sobre a mesa. Precede a questão das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não temos quórum para votar, Senhor Deputado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Então, permanece em 1ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto recebeu emenda de Plenário e está retornando à C.C.J..

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, mesmo assim, mantemos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Florisvaldo Fier, não há quórum para deliberar. Por esta razão, o requerimento de Vossa Excelência está prejudicado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Se ele não pode ser votado, portanto, este projeto não volta para lá; continua em 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ele recebeu a emenda, Deputado, e retornará à C.C.J., retornando ao Plenário em 2ª Discussão quando a C.C.J. assim se manifestar; ocasião em que Vossa Excelência poderá requerer a retirada da Ordem do Dia.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Mas, baseado em qual artigo do Regimento Interno Vossa Excelência procede desta maneira?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há quórum para ser apreciado, apenas para discussão das matérias. Como o projeto recebeu uma emenda de Plenário na sua fase de discussão, estamos devolvendo à C.C.J..

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, apresento mais emendas, uma vez que eu desejava...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa acolhe as emendas de Vossa Excelência, lembrando que ainda na sua fase de discussão na C.C.J., poderão outras sugestões serem acrescentadas na forma de um substitutivo geral daquela Comissão.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que define a caracterização, implantação e manutenção dos marcos divisas internacionais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que torna obrigatória a vacinação contra a rubéola para ingresso de crianças em creche e 1º Grau; adolescentes e adultos no 2º e 3º Graus; bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.E.C.E.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, que estatui a utilização referencial obrigatória pelos Poderes Públicos do Estado do Paraná, no setor de Obras Públicas, do estudo intitulado "Metodologia de Pesquisas de Preços e Orçamento para a Construção Civil e Diretrizes de Gerenciamento Técnico-Financeiro". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/94, que institui normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada "Bingo" e dá outras providências. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 219/94

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A realização de sorteios destinados a angariar recursos para o fomento de desporto, dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná dependerá de prévia autorização do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Parágrafo Único - Os sorteios similares realizados fora das condições estabelecidas nesta Lei ficam subordinados aos dispositivos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 e Decreto nº 70.951, de 09 de agosto de 1972, mesmo quando se tratar de entidade desportiva, de administração ou de prática, buscando recursos para o fomento do desporto.

Art. 2º - A autorização para a realização do sorteio, exigida no artigo anterior, somente será concedida às pessoas jurídicas de natureza desportiva, previamente credenciadas, que comprovem estar quites com os tributos federais, com a seguridade social e com os tributos estaduais e municipais da sede da pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A entidade desportiva autorizada poderá utilizar da sociedade comercial para administrar a realização de sorteio, mediante contrato registrado no Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 3º - A forma de comprovação de atividade e participação em competições oficiais de que trata o art. 57 da Lei nº 3.672, de 1993, para efeito do credenciamento mencionado no artigo anterior, será fornecida, no mínimo, por:

I - Entidades de administração do desporto do Estado do Paraná e seus municípios, comprovando a atuação regular e continuada na gestão da modalidade em sua área de atuação, com a realização de todas as competições oficiais obrigatórias do calendário, fornecido pelo órgão público legalmente incumbido da coordenação do sistema de desportos no Estado do Paraná.

II - Das entidades de prática, comprovante de filiação em entidades de administração de quaisquer dos sistemas do desporto e declaração de participação efetiva na última competição oficial concluída em, no mínimo, três modalidades olímpicas,

fornecidas pelas entidades de administração a que se referirem.

Art. 4º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - sessenta e quatro por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - um por cento para a administração dos serviços pela SERLOPAR;

III - trinta e cinco por cento para a entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de fomento do desporto e custear as despesas de administração e divulgação.

Art. 5º - Em qualquer hipótese, a autorização para a realização dos sorteios, de que trata o art. 1º desta Lei, dependerá de prévia aprovação dos recursos obtidos conforme dispõe o inciso III do artigo anterior.

Art. 6º - Os sorteios mencionados no art. 1º desta Lei ficam restritos à utilização das seguintes modalidades lotéricas:

I - BINGO: Loteria em que se sorteiam, ao acaso, números de 01 até 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinja(m) o objetivo previamente determinado, utilizando processo isento de contato humano que assegure integral lisura aos resultados;

II - SORTEIO NUMÉRICO: Sorteio de números, tendo por base os resultados das loterias Federal e do Estado do Paraná;

III - BINGO PERMANENTE: a mesma modalidade prevista no inciso I, com a autorização para ser aplicada nas condições específicas nesta Lei;

IV - SIMILARES: outras modalidades previamente aprovadas com aplicação restrita no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º - Os sorteios da modalidade BINGO e SORTEIO NUMÉRICO poderão ser articulados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nesses casos, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições.

§ 2º - Nos sorteios das modalidades BINGO PERMANENTE, as entidades autorizadas obrigam-se a instalar sala de BINGO com capacidade de, no mínimo, 500 participantes sentados, com horário de funcionamento determinado, em sua sede ou fora dela, mas sempre sob exclusiva responsabilidade que disponha do sistema de extração de números requerido, bem como dos sistemas de circuito fechado de televisão e de difusão de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios, e de seu permanente acompanhamento. É permitido o uso de sistemas

eletrônicos, de comprovada segurança, que possibilitem o total controle da arrecadação e do pagamento dos prêmios.

§ 3º - Os salões de BINGO PERMANENTE poderão funcionar com sessões diárias programadas para a realização de diversos e sucessivos sorteios, integrados ou independentes uns dos outros.

§ 4º - É vedada a venda de cartelas fora dos salões de BINGO PERMANENTE.

§ 5º - Os sorteios de modalidades similares poderão ocorrer por processos eletrônicos de comprovada segurança e previamente aprovados pelo Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 7º - Ao final de cada sorteio serão distribuídos os respectivos prêmios, cujo valor total corresponderá ao previsto no inciso I do art. 4º desta Lei e cuja natureza - dinheiro, cheque, bens ou serviços - precisamente discriminada, sendo de prévio conhecimento de todos os participantes.

§ 1º - Em qualquer caso, os participantes premiados terão o prazo de até noventa dias para reclamar seus prêmios, findo do qual serão entregues ao Governo do Estado do Paraná para doá-los a entidades filantrópicas.

§ 2º - As sessões de sorteio serão registradas em ata redigida simultaneamente com a sua realização ou por processos informatizados de comprovada segurança que arquivem as informações pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a realização de cada evento.

Art. 8º - É vedado o acesso de menores de 18 anos de idade no ambiente dos sorteios do BINGO PERMANENTE.

Art. 9º - O Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, fiscalizará as entidades que realizarem os sorteios autorizados, conforme previsto no art. 1º desta Lei, sujeitando os que não cumprirem o plano de distribuição de prêmios ou desvirtuarem sua finalidade, às seguintes penalidades, cumulativamente:

I - Cassação de autorização;

II - Proibição de realizar novos sorteios pelo prazo de cinco anos;

III - Perda dos bens prometidos em prêmio, se estes ainda não tiverem sido entregues, ou multa igual ao valor dos mesmos, nunca inferior a 50 reais a serem recolhidos à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, se os prêmios já tiverem sido entregues ou não forem encontrados.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.11.94.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, solicitando a retirada por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 219/94.

**Prejudicado.**

O SR. PAULO MAIA (**Pela Ordem**) - Apenas para comunicar a Casa - e após entendimento com o Líder do Governo, Deputado José Tavares - onde pedimos a retirada do Projeto de Lei nº 337, oriundo da Mensagem nº 114.

Como conseguimos em discussão com membros que integram o Corpo de Bombeiros e pudemos esclarecer as dúvidas em relação à iniciativa do projeto de lei, estamos requerendo a Vossa Excelência a reinclusão deste projeto na pauta a partir da sessão de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**) - O número do projeto, Deputado?

O SR. PAULO MAIA - Mensagem 114, Projeto de Lei nº 337/94, nova redação à Lei nº 6.774 e Lei nº 7.047.

Pedimos a Vossa Excelência a compreensão, porque o requerimento havia sido aprovado para suspensão por quatro sessões. Este projeto retornaria na segunda-feira. Como as dúvidas foram esclarecidas, creio que temos condições de apreciá-lo já amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**) - Solicito a Vossa Excelência que na sessão de amanhã apresente requerimento pedindo reinclusão na Ordem do Dia, já que o projeto saiu por quatro sessões e este assunto foi deliberado pelo plenário.

Sendo votado amanhã o reingresso dele na Ordem do Dia, retornará na sessão de quinta-feira.

Votaremos apenas o requerimento de dispensa de discussão e redação final para os projetos que foram aprovados sem emendas em segunda discussão. Os demais requerimentos transferiremos para a sessão de amanhã.

Sobre a mesa, o Requerimento nº 2552, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência, com base no Artigo 192 do Regimento Interno, abre prazo por três dias consecutivos, a partir de amanhã, para oferecimento de emendas com apoio constitucional e regimental à proposição de emenda constitucional do Estado do Paraná, conforme segue proposição



nº 102/94, proposta de emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 140/94, que visa alterar a redação do § 3º, Artigo 125, da Constituição do Estado. Dispõe sobre a vedação aos Procuradores do Estado da advocacia fora das funções institucionais.

Está aberto o prazo junto à Mesa para oferecimento de mudanças, alterações e emendas a esta proposta de emenda à Constituição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106/94, 152/94, 171/94, 325/94, 354/94 e do Projeto de Resolução nº 028/94.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/94.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272/94, 302/94, 335/94 e 345/94.

Levanta-se a sessão.